

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**DEZ ANOS DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DOS
INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA A MULHER**

GABRIELA SILVA DE AZEREDO

RIO DE JANEIRO

2017 / 1º Semestre

GABRIELA SILVA DE AZEREDO

**DEZ ANOS DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DOS
INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA A MULHER**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Faculdade de Direito da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Direito, sob a orientação da professora
Dra. Junya Rodrigues Barletta.

RIO DE JANEIRO

2017/ 1º Semestre

GABRIELA SILVA DE AZEREDO

**DEZ ANOS DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E A MANUTENÇÃO DA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito de graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da professora Dra. Junya Rodrigues Barletta.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Junya Rodrigues Barletta– UFRJ - Orientadora

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2017/ 1º Semestre

GABRIELA SILVA DE AZEREDO

S993d Silva de Azeredo, Gabriela DEZ ANOS DE
APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA:
ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO NO COMBATE A
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER /
Gabriela Silva de Azeredo. -- Rio de Janeiro, 2017.
76 f.

Orientador: Junya Rodrigues Barletta.

Trabalho de conclusão de curso (graduação)
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Violência doméstica e familiar. 2. Lei Maria
da Penha. 3. Instrumentos de prevenção. 4.
Estatísticas nos últimos dez anos. I. Rodrigues
Barletta, Junya, orient. II. Título.

CDD: 341.556

Ao meu pai, paradigma de perseverança, por continuar me provando que a realização dos nossos objetivos e sonhos mais profundos só dependem da nossa dedicação; à minha mãe, personificação do altruísmo, por nunca medir esforços para me incentivar e me ajudar; à minha avó Myriam, por sempre representar na minha vida o exemplo de força que me inspira a seguir em frente; à minha família, meus alicerces, por tudo que abdicaram e pelo apoio incondicional e aos meus amigos, que fizeram essa caminhada mais feliz.

*O direito só reina quando a força dispendida pela justiça para empunhar a espada corresponde
à habilidade que emprega em manejar a balança.*

Rudolf Von Ihering

RESUMO

Por muito tempo, a violência que ocorre na esfera privada, mais especificamente dentro do lar, foi silenciada e condenada à invisibilidade. A Lei nº 11.340 de 2006, mais conhecida por Lei Maria da Penha, foi criada para estabelecer mecanismos capazes de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A sua implementação sofreu muita resistência, principalmente por parte daqueles que insistiam em negar a interferência do Estado nas relações familiares. O afastamento da aplicação da Lei dos Juizados Especiais para crimes nesse âmbito restou evidente a rejeição à banalização com a qual a violência doméstica era tratada pela Justiça. Ainda que tenha havido muitos avanços no sentido de coibir tal prática, essa ainda é a realidade de muitas mulheres brasileiras. Não há dúvidas de que a Lei Maria da Penha incentivou as mulheres a denunciarem as agressões, mas está longe de ser a solução para a violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: Lei nº 11.340/2006; Violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei Maria da Penha; Lei dos Juizados Especiais; Efetividade da Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

For a long time, the violence that takes place in the private sphere, more specifically within the home, has been silenced and condemned to invisibility. The law nº 11.340 of 2006, better known as the “Maria da Penha” Law, was created to establish mechanisms capable of preventing domestic and family violence against women. The implementation of the law suffered much resistance, especially from those who insisted on denying the State interference in family relationships. The removal from the special criminal courts (law nº 9.099/95) the competence to judge crimes of domestic violence made evident the rejection of the trivialization that Justice treated these crimes. Although there have been many advances in the sense of curbing this practice, this is still the reality of many Brazilian women. There is no doubt that the Maria da Penha Law encouraged women to report aggression, but it is far from the solution to domestic and family violence.

Key words: Law nº 11.340/2006; Domestic and family violence against women; Maria da Penha Law; Law of Special Courts; Effectiveness of the Maria da Penha Law.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ampl.	Ampliada por
<i>Apud</i>	Apresentada por ou apresentação de
Art.	Artigo
Atual.	Atualizada por ou atualização de
Cap.	Capítulo
CPP	Código de Processo Penal
CP	Código Penal
CF	Constituição Federal
Coord.	Coordenador
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
Ed.	Edição, editor
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBCCRIM	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
HC	<i>Habeas Corpus</i>
<i>Idem ou id</i>	<i>O mesmo (autor) acima</i>
<i>Ibidem ou ibid</i>	O mesmo (autor), no mesmo lugar (obra) acima
<i>In:</i>	Em, no, contido em
JECRIM	Juizado Especial Criminal
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
<i>Op. cit</i>	<i>(Opus citatum)</i> obra citada acima
Org.	Organizador ou organizada por
P.	Página
Prof.	Professor
Rel.	Relator
Rev.	Revisão de ou revisada por
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	14
A LEI MARIA DA PENHA	14
1.1 Os Tratados Internacionais protetivos	14
1.2 Breve histórico da Lei 11.340 de 2006.....	17
1.3 Formas de violência contra a mulher previstas em lei	20
1.3.1 Violência física.....	22
1.3.2 Violência psicológica	24
1.3.3 Violência sexual	26
1.3.4 Violência patrimonial.....	28
1.3.5 Violência moral	28
1.4 Propostas da Lei Maria da Penha	29
CAPÍTULO 2	33
A PERMANÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	33
2.1A mulher em situação de violência	35
2.2O sujeito ativo	38
2.3Ciclo da violência.....	40
CAPÍTULO 3	46
INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E SUA EFETIVIDADE	46
3.1 Mudanças trazidas pela lei	46
3.2 Medidas protetivas	51
3.3 A inaplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais	58
3.4 Políticas públicas no âmbito da violência doméstica	63
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

A persistência dos crimes contra a mulher no âmbito familiar levou a necessidade da movimentação de diversos setores da sociedade que culminaram com a criação de uma legislação específica, vista como uma das melhores do mundo com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica. Trata-se da Lei nº 11.340 de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Esta foi fruto de várias lutas das mulheres que denunciavam o problema da violência no Brasil de gênero enquanto um problema social e afirmavam a necessidade do Estado intervir de forma direta através de leis e políticas públicas que erradicassem esse tipo de violência baseada numa lógica patriarcal de poder e dominação masculina de um lado e subordinação e opressão da mulher de outro.

Embora as mulheres hoje já tenham se consolidado presentes nos mais diversos segmentos da atividade profissional, até mesmo naqueles antes restritos ao mundo masculino, e na vida social em geral, ainda pesam sobre elas os cinco séculos de história patriarcal, de desigualdade social e de sólida promoção de sua exclusão, característicos do processo histórico de formação do nosso país.

Destaca-se que se trata de um problema cultural. Isso porque a desigualdade começa desde a criação, por exemplo, os meninos geralmente são presenteados com caminhões, revólveres de brinquedo, bolas, enquanto as meninas ganham estojos com pentes e escovas, bonecas, casinhas, demarcando espaços e comportamentos para homens e mulheres.

A maioria dos livros infantis apresenta a figura paterna indo para o trabalho e as mães cuidando da casa e das crianças e não é segredo que muitas vezes, a violência doméstica ocorre por essas combinações socialmente demarcadas e pela frustração de expectativas que os agressores impõem sobre as vítimas quando não cumprem devidamente o papel preestabelecido pela sociedade.

O mais grave no contexto familiar no qual ocorre a violência doméstica, é a sensação de impunidade que respalda a ação do agressor. No caso dos segmentos menos

favorecidos, além da flagrante assimetria de condições entre os gêneros, impera também a desinformação e a falta de acesso as políticas públicas de Saúde, assistência social, psicológica e jurídica requeridas pelas mulheres em situação de violência.

Nos espaços familiares, onde as relações interpessoais entre os sujeitos foram historicamente interpretadas como restritas e privadas, a complacência e a impunidade para com a violência praticada nesse âmbito encontraram sua legitimação social. Infelizmente, criou-se um senso comum apoiado na ideia de que o espaço doméstico é “sagrado”, acreditando-se que aquilo que ocorre entre familiares não ameaça a ordem social ou que a forma como aqueles sujeitos se relacionam, ainda que violenta, é natural.

A ideia da família como uma entidade inviolável, não sujeita à interferência do Estado e da Justiça, sempre fez com que a violência se tornasse invisível, pois protegida pelo segredo¹. Trata-se da ficção criada em que se transmite a mensagem de que a liberdade é vivida na esfera pública e a privação na esfera privada, o que contribui para a manutenção do ciclo de violência, já que se entende erroneamente que o Estado não deve interferir naquilo que acontece nos limites do lar.

Defendem Flávia Piovesan e Sílvia Pimentel que:

“Ao repudiar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório concernente à violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha constitui conquista histórica na afirmação dos direitos humanos das mulheres. Sua plena implementação surge como imperativo de justiça e respeito aos direitos das vítimas desta grave violação que ameaça o destino e rouba a vida de tantas mulheres brasileiras.”

²

A justificativa para a escolha do tema advém do interesse pelo estudo da Lei Maria da Penha e das suas consequências na nossa sociedade, que muito embora tenha trazido avanços legislativos robustos para a prevenção da violência doméstica contra da mulher, ainda conta com diversas barreiras que a impedem de ser tão eficaz quanto se pretendia no momento da sua criação.

¹ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 28.

² CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p.116.

Isso porque além dos índices altos que revelam uma subnotificação dos casos de agressão doméstica, percebe-se que ainda há muitas mulheres que preferem não denunciar seus agressores. A cada ano cresce o número de ações judiciais por violência doméstica pelos mais variados motivos. Acrescenta-se a isso o fato alarmante de que o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de países que mais matam mulheres no mundo, com a taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres (números que excedem, em muito, os encontrados na maior parte dos países)³.

Os números são assustadores e, certamente, a solução do problema perpassa pela sua difusão e pela reflexão intelectual acerca de suas causas atuais. Sabe-se que a violência doméstica representa em nosso país um problema de graves proporções, configurando-se também como uma questão de saúde pública já que se apresenta como uma das principais ameaças à integridade física e psíquica e à liberdade das mulheres. Os números variam, mas as pesquisas⁴ apontam que, quando o lar está exposto à agressões físicas e psíquicas, ele consiste em lugar extremamente mais perigoso que o ambiente externo.

Nota-se, no preâmbulo da referida Lei, o intuito de dispor e alinhar seu conteúdo segundo os mandamentos de natureza constitucional e os decorrentes da força obrigatória dos tratados internacionais, consolidadas pelo trabalho articulado de organizações de mulheres a nível nacional e supranacional.

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o

³ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil**. Flacso. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 de jun.

⁴ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.

aparelho policial e jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e punir os agressores.

O objeto desse trabalho envolve a discussão relativa a efetividade da Lei Maria da Penha, levando em consideração o tempo em que está vigente e os dados compilados de pesquisas recentes que mostram a permanência da violência doméstica e familiar contra a mulher na nossa sociedade.

Foi feito um estudo histórico para a realização do presente trabalho, onde foram considerados os fundamentos que levaram a criação da referida lei, bem como ao afastamento da Lei dos Juizados Especiais nos crimes cometidos nesse âmbito.

Adotou-se também a metodologia de exploração de textos doutrinários e artigos científicos, muitos frutos de pesquisas recentes, para a análise da legislação infraconstitucional pátria existente sobre o tema e sobre políticas públicas de gênero. Também foram consultadas algumas decisões importantes sobre a temática no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Pretendeu-se, por fim, avaliar a eficácia da Lei Maria da Penha no que diz respeito a punição dos crimes que ocorrem no âmbito familiar, bem como a prevenção para que estes deixem de acontecer.

CAPÍTULO 1

A LEI MARIA DA PENHA

1.1 Os Tratados Internacionais protetivos

A luta pela tutela dos direitos da mulher em situação de violência é marcada por tratados e convenções realizada em âmbito internacional. A Constituição Federal prevê, no artigo 5º, em seus parágrafos 1º e 2º, que os direitos enunciados em tratados e convenções internacionais têm aplicabilidade imediata e natureza constitucional. Os atos, tratados e convenções internacionais devidamente aprovados pelo Legislativo e promulgados pelo Presidente da República, ingressam no ordenamento jurídico como leis ordinárias, incorporando-se ao sistema jurídico infraconstitucional.

Tamanho o absurdo da morosidade e da ineficiência do judiciário brasileiro frente a violência doméstica, formalizou-se denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA que condenou o Brasil internacionalmente, em razão da negligência e da omissão frente à violência doméstica contra Maria da Penha, pelo fato de não ter adotado medidas efetivas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias da vítima⁵.

Diante dessa responsabilização, a OEA recomendou ao Brasil que tomasse medidas em prol da criação de políticas públicas que inibissem as agressões no âmbito doméstico em desfavor das mulheres e somente a partir da condenação do país no caso Maria da Penha que o país deu efetivo cumprimento às convenções e tratados internacionais dos quais já era signatário⁶.

⁵ Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório anual 2000. **Relatório nº 54/01. Caso 12.051. Maria da Penha Maia Fernandes.** Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 19 de jun.

⁶ Convenção n.º 100 da OIT sobre a Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres por Trabalho de Igual Valor, ratificada pelo Brasil em 1951; Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher, ratificada pelo Brasil em 01.02.1984 - Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 01.08.1996 -Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996.

“A denúncia sobre o caso específico de Maria da Penha foi também uma espécie de evidência de um padrão sistemático de omissão e negligência em relação à violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras. Denunciou-se a violação dos artigos 1(1) (Obrigação de respeitar os direitos); 8 (Garantias judiciais); 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana, dos artigos II e XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (doravante denominada "a Declaração"), bem como dos artigos 3, 4,a,b,c,d,e,f,g, 5 e 7 da Convenção de Belém do Pará”⁷.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi adotada em 1979 e ratificada por 186 Estados, foi resultado de diversas reivindicações do movimento formado por mulheres a partir da primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México em 1975.

Segundo Flávia Piovesan e Silvia Pimentel, no plano dos direitos humanos essa foi a Convenção que mais recebeu reservas por parte dos Estados signatários, principalmente no que diz respeito a igualdade entre homens e mulheres na família, tendo por fundamentos impeditivos de sua aplicação integral argumentos religiosos, culturais e até mesmo legais⁸.

Trata-se do primeiro instrumento internacional que dispôs amplamente sobre os direitos humanos da mulher, com dois principais propósitos, quais sejam: a promoção dos direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e a repressão de quaisquer discriminações contra ela. Por isso, a Convenção prevê a possibilidade de ações afirmativas nas mais diversas áreas, como trabalho, saúde, educação, direitos civis e políticos, estereótipos sexuais, prostituição e família⁹.

Em 1993 foi aprovada pela ONU a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher em Viena, na Áustria e em 1994 foi adotada pela OEA a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida por Convenção Belém do Pará, ratificada em sua integralidade no Brasil nesse mesmo ano. Ambas reconheceram a violência doméstica e familiar contra a mulher, no

7 CEJIL.CLADEM. **Sobrevivi... o relato do caso Maria da Penha**. Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/cejil_resumorelatocasomariadapenha.pdf>. Acesso em 19 de jun.

⁸ CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 106.

⁹ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 39.

âmbito público ou privado, como grave violação aos direitos humanos e limitação do exercício dos demais direitos fundamentais.

Ainda em 1994, foi levada a efeito no Cairo a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, resultou a Plataforma de Ações com a finalidade de fazer avançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres que afirma a necessidade de se adotar um modelo de desenvolvimento voltado nas pessoas e não nos bens¹⁰.

Nesta Declaração foi tratada a questão relativa à violência doméstica, prevendo que são necessárias, além das medidas punitivas, ações que estejam voltadas para a prevenção, e, ainda medidas de apoio que permitam, por um lado, à vítima e à sua família ter assistência social, psicológica e jurídica necessárias à recomposição após a violência sofrida e, por outro, que proporcionem a possibilidade de reabilitação dos agressores¹¹.

Apesar dos avanços no cenário internacional, no Brasil, a lei de enfrentamento a violência doméstica contra a mulher tardou a chegar. Isso porque embora o Brasil tenha ratificado a pretensão da proteção à mulher em 1994, não houve qualquer medida efetiva pelo Estado que materializasse essa tutela.

A situação tomou outras proporções em decorrência da responsabilização do Estado brasileiro por omissão, negligência e tolerância no caso Maria da Penha n.º 12.051, sendo necessária a intervenção de órgãos mundiais para que alguma medida fosse tomada. Em virtude disso, somente em agosto de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340 fazendo com que fossem cumpridos os compromissos assumidos internacionalmente.

“No ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em seu Informe n.º 54 de 2001, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, recomendando, entre outras medidas: A finalização do processamento penal do responsável da agressão; proceder a uma investigação a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificados no processo, bem como tomar as medidas administrativas, legislativas e judiciais correspondente; sem prejuízo das ações que possam ser instauradas contra o

¹⁰ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 40.

¹¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 275.

responsável civil da agressão, a reparação simbólica e material pelas violações sofridas por Penha por parte do Estado brasileiro por sua falha em oferecer um recurso rápido e efetivo e a adoção de políticas públicas voltadas a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher”.¹²

Não obstante a demora no processo de sua elaboração, em 2012, a Lei Maria da Penha foi classificada como a terceira melhor lei do mundo no combate à violência doméstica, perdendo apenas para Espanha e Chile¹³.

1.2 Breve histórico da Lei 11.340 de 2006

É cediço que a discriminação contra a mulher possui raízes culturais na sociedade brasileira. Historicamente, elas se encontram em posição de inferioridade e subordinação em relação ao homem, em razão tanto da desproporção física, quanto da desvalorização social. Essa situação, muitas vezes, acaba sendo naturalizada por meio de ditados populares que absolvem e legitimam a violência doméstica, como por exemplo: “mulher gosta de apanhar”, “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e “ele pode não saber por que bate, mas ela sabe por que apanha”.

Os exemplos acima, como tantos outros, repetidos como brincadeira, revelam certa conivência da sociedade em relação à violência doméstica. Passam a ideia de que ela é merecedora da agressão que sofre, ainda mais quando se afirma que “mulheres gostam de apanhar”. Maria Berenice Dias explica que essa percepção, de modo algum, corresponde à realidade das vítimas:

“Trata-se de uma ideia enganosa, certamente gerada pela dificuldade que a vítima tem de denunciar seu agressor. Seja por medo, por vergonha, seja por não ter para onde ir, ou receio de não conseguir se manter sozinha e sustentar os filhos. O fato é que a mulher resiste em buscar a punição de quem ama ou, ao menos, amou um dia.”¹⁴

¹² Compromisso e Atitude. **O Caso Maria da Penha na Comissão de Direitos Humanos da OEA**. Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>>. Acesso em 19 de jun.

¹³ Compromisso e atitude. **Legislação sobre violência contra as mulheres no mundo**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/legislacao-sobre-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>>. Acesso em: 19 de jun.

¹⁴ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 24.

Mesmo com a equiparação entre o homem e a mulher proclamada de modo tão enfático pela Constituição Federal¹⁵, a ideologia patriarcal ainda subsiste. Durante boa parte da história, o patriarcado foi incontestavelmente aceito por ambos os sexos. Os papéis diferenciados de gênero eram legitimados nos valores associados à separação sexual entre as esferas públicas e privadas.

Explica a professora Ana Lucia Sabadell que o patriarcado configura-se como uma forma de relacionamento entre os gêneros feminino e masculino, caracterizada pela dominação do gênero feminino pelo masculino, sendo possível identificar sua presença em quase todas as modalidades de relações sociais¹⁶.

“Ao homem sempre coube o espaço público. A mulher foi confinada nos limites da família e do lar, o que ensejou a formação de dois mundos: um de dominação, externo e produtor. Outro de submissão, interno e reprodutor. Ambos os universos, ativo e passivo, criam polos de dominação e submissão. A essa diferença estão associados papéis ideais atribuídos a cada um: ele provendo a família e ela cuidando do lar, cada um desempenhando a sua função”.¹⁷

Na década de 70, começam a surgir no Brasil estudos que se propuseram a analisar a relação entre direito e feminismo, que reaparece como movimento de massas, com inegável força política e enorme potencial de transformação social. Até então, perpetuava-se uma política sexista que favorecia a impunidade de diversos casos de violência doméstica e até de assassinatos de mulheres. Esses movimentos foram precursores na implementação de políticas públicas e legislações voltadas ao combate da violência, visando à proteção dos direitos da mulher.

Diante do cenário de banalização da violência praticada contra as mulheres no âmbito familiar e de reprodução da cultura machista em nossa sociedade mostrou-se necessária a criação da Lei nº 11.340/06 sob a lógica de uma proteção diferenciada às

¹⁵Artigo 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”.

Artigo 226 § 5º “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

¹⁶ LIMA, Joel Corrêa de; CASARA, R. R. Rubens (Coord.). **Temas para uma perspectiva crítica do direito: Homenagem ao professor Geraldo Prado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012, p. 106.

¹⁷ VIANA, Karoline; ANDRADE, Luciana. **Crime e Castigo**. In: DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da Penha. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 25.

mulheres, tendente a corrigir distorções e injustiças materiais que foram se acumulando no processo de formação da sociedade brasileira contemporânea¹⁸.

Mais conhecida como Lei Maria da Penha, em razão da história de vida da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes que por muito tempo sofreu em silêncio as mais variadas intimidações e agressões durante seu casamento, que culminaram em duas tentativas de assassinato por parte de seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros.

Na primeira ele simulou um assalto, disparando um tiro que atingiu Maria da Penha nas costas, enquanto ela dormia, resultando na sua paraplegia. Na segunda vez ele tentou eletrocutá-la no banho pouco após o seu retorno do hospital, enquanto ainda se recuperava.

Conforme apurado junto às testemunhas do processo, o agressor teria agido de forma premeditada, pois semanas antes da agressão tentou convencer Maria da Penha a fazer um seguro de vida em seu favor e cinco dias antes a obrigou a assinar o documento de venda de seu carro sem que constasse do documento o nome do comprador. Posteriormente à agressão, Maria da Penha ainda apurou que o marido era bígamo e tinha um filho em seu país de origem, a Colômbia¹⁹.

Apesar de serem mais notáveis levando-se em consideração a gravidade das situações supracitadas, não se tratam de posturas isoladas, visto que durante grande parte do período em que esteve casada, Maria da Penha sofreu inúmeras agressões e intimidações do seu companheiro. Violências praticadas nas suas mais diferentes formas que, permanecendo veladas, destruíam sua autoestima e, assim como acontece com muitas outras mulheres, ela optou por se manter em silêncio receando represálias contra ela e também contra suas duas filhas.

Depois do segundo episódio em que quase perdeu a sua vida, Maria da Penha resolveu denunciar o seu agressor. As investigações começaram em junho de 1983,

¹⁸ LIMA, Joel Corrêa de; CASARA, R. R. Rubens (Coord.). **Temas para uma perspectiva crítica do direito: Homenagem ao professor Geraldo Prado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012, p. 355.

¹⁹ Compromisso e Atitude. **O Caso Maria da Penha na Comissão de Direitos Humanos da OEA**. Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>>>. Acesso em 19 de jun.

todavia a denúncia só foi oferecida mais de um ano depois e apenas em 1991 houve a condenação do réu pelo tribunal do júri a oito anos de prisão.

No entanto, além de recorrer em liberdade, passando-se um ano o julgamento foi anulado. Foi levado a novo júri no ano de 1996, sendo-lhe imposta a pena de dez anos e seis meses de prisão e, mais uma vez, recorreu em liberdade e somente foi preso quase vinte anos depois. Em outubro de 2002 foi liberado depois de cumprir meramente dois anos de prisão²⁰. Até a apresentação do caso ante a OEA, passados 15 anos da agressão, ainda não havia uma decisão final de condenação pelos tribunais nacionais, e o agressor ainda se encontrava em liberdade.

A Lei Maria da Penha lei trouxe mais visibilidade às mulheres que sofrem esse tipo de agressão que ocorre dentro do lar ou junto à família e a sua grande repercussão vai construindo uma nova cultura: de que a mulher não pode ser considerada propriedade do homem; que ele não tem o direito de dispor do seu corpo, da sua saúde e da sua vida²¹.

Contudo, ainda que haja avanços na criação de medidas relacionadas à proteção da mulher que coíbem a violência doméstica, demonstrando o empenho do país na promoção da igualdade de gêneros, bem como ao combate da discriminação, não é segredo que ela ainda está enraizada em nossa sociedade e é praticada ainda nas suas mais diferentes formas.

1.3 Formas de violência contra a mulher previstas em lei

Segundo definição da Organização das Nações Unidas – ONU – constitui violência contra mulher²² "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, dano psicológico ou sofrimento para as mulheres, incluindo ameaças, coerção, ou privação arbitrária de liberdade, tanto na vida pública como na vida privada".

²⁰ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 22.

²¹Idem. Ibidem, p. 34.

²²Organização das Nações Unidas. 23 de Fevereiro, 1994. **Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**. Disponível em:<<http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>>. Acesso em: 25 de mar.

A violência contra mulher praticada no âmbito doméstico encontra-se especificada no artigo 7º da Lei 11.340/2006, que em conjunto com os artigos 5º (baseado nas desigualdades de gênero) e o 6º (violação de direitos humanos), que lhe precedem, constituem o núcleo conceitual e estrutural da referida lei²³.

A estrutura deste artigo, ao apresentar elementos conceituais e descritivos sobre os diferentes tipos de violência, visa facilitar a aplicação do direito. Ao estabelecer em seu *caput* a expressão “entre outras”, fica explícita a intenção do legislador de não exaurir as hipóteses ou prever todas as possíveis situações que seriam abarcadas pela lei.²⁴

No âmbito do direito penal, tendo em vista que não são admitidos conceitos vagos, vigoram os princípios da taxatividade e da legalidade. No entanto, ao definir a violência doméstica e familiar e ao identificar suas formas, não foi esta a preocupação do legislador.

Sendo assim, a Lei Maria da Penha reconhece cinco formas de expressão da violência doméstica e familiar, quais sejam: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, que podem ser cometidas conjunta ou isoladamente, *in verbis*:

Art. 7º. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante

²³ Artigo 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Artigo 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

²⁴ CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 203.

intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Ressalta-se então que não se trata de um rol exaustivo, nem mesmo possui correspondência com os tipos penais, dessa forma nada impede que sejam identificadas outras ações ou omissões que configurem violência doméstica e familiar contra a mulher além daquelas previstas no dispositivo legal.

1.3.1 Violência física

A violência física é a forma mais socialmente perceptível e identificável de violência doméstica e familiar contra a mulher por, na maioria das vezes, ter por consequência resultados materialmente comprováveis²⁵. Na prática, quando a violência chega a se manifestar na sua forma física, há grande possibilidade de existência das demais formas de violência.

Essa forma de violência caracteriza-se por agressões com uso de força física que ofendam a integridade do corpo ou a saúde da vítima, aquelas que provocam sofrimento, ainda que não causem lesões ou deixem marcas visíveis, como hematomas, arranhões, queimaduras, fraturas, entre outros tipos de ferimentos.

Por se tratarem de delitos praticados, em regra, na esfera de convivência íntima e em situação de vulnerabilidade, sem que sejam presenciados por outras pessoas, a palavra da vítima dispõe de presunção de veracidade, ocorrendo então a inversão do ônus probatório, cabendo ao réu trazer elementos capazes de desfazer a versão trazida pela agredida.

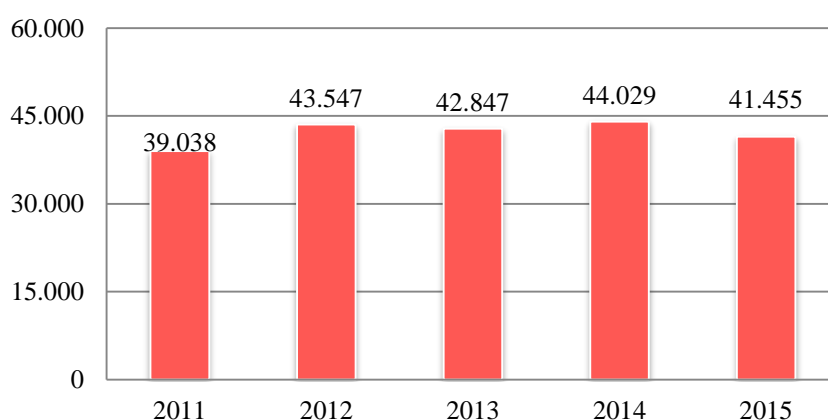
²⁵ CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 204.

O castigo físico imposto às mulheres nas relações afetivas e domésticas também é, em última análise, o recurso utilizado para dizer quem manda, ou qual dos sujeitos está em condição de subordinar e submeter o outro²⁶.

“Apesar da consolidação dos direitos humanos, o homem ainda é considerado proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos. A sociedade protege a agressividade masculina, respeita sua virilidade, construindo a crença da sua superioridade. Afetividade e sensibilidade não são expressões que combinam com a idealizada imagem do homem. [...] Essa errônea consciência de poder é que assegura a ele o suposto direito e fazer uso da sua força física e superioridade corporal sobre todos os membros da família. De outro lado, venderam para a mulher a ideia de que ela é frágil e necessita de proteção. Ao homem foi delegado o papel de protetor, de provedor. **Daí à dominação, do sentimento de superioridade à agressão é um passo**”²⁷. (grifos nossos).

De acordo com o Observatório Judicial de Violência Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – o crime de lesão corporal corresponde, há mais de cinco anos, ao maior número de ações criminais distribuídas em relação a todos os outros crimes²⁸.

Série Histórica de Lesão Corporal - 2011 a 2015



Fonte: DGTEC. Dados organizados pela DGJUR²⁹

A partir do gráfico, constata-se que no ano de 2014 houve a maior distribuição quando comparada com os outros anos, atingindo-se um total de 44.029 registros, com

²⁶ Idem. Ibidem.

²⁷ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 25.

²⁸ Observatório Judicial de violência contra a mulher. **1º Relatório de Dados Compilados sobre Violência Doméstica e Familiar**. Julho 2016. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/01-relatorio-dados-compilados-observatorio.pdf>>. Acesso em 20 de abr.

²⁹ Idem. Ibidem.

uma média de 3.669 casos por mês. Em 2011, quando ainda discutia-se acerca da natureza da ação penal para esses delitos verifica-se o menor número de distribuições, com um total anual de 39.038, e uma média de 3.253 por mês.

A saúde corporal também é protegida pela Lei Penal. O estresse crônico desenvolvido em razão da violência também pode desencadear sintomas físicos, como dores de cabeça, fadiga crônica, dores nas costas e até distúrbios do sono³⁰. Trata-se do chamado transtorno de estresse pós traumático, identificado pela ansiedade e depressão que podem reduzir a capacidade da vítima em suportar as consequências de um trauma severo.

1.3.2 Violência psicológica

A violência psicológica foi incorporada no ordenamento jurídico pátrio por meio da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Doméstica, também conhecida como Convenção de Belém do Pará. Embora não houvesse na legislação pátria previsão que tutelasse a autoestima e a saúde psicológica da mulher, é incontestável que a agressão emocional está diretamente relacionada a todas as demais modalidades de violência doméstica.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS é a forma de violência mais presente no ambiente doméstico e familiar, além de ser uma grave violação dos direitos humanos das mulheres, produzindo efeitos diretos na saúde mental e física³¹.

Trata-se da ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões da mulher por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que

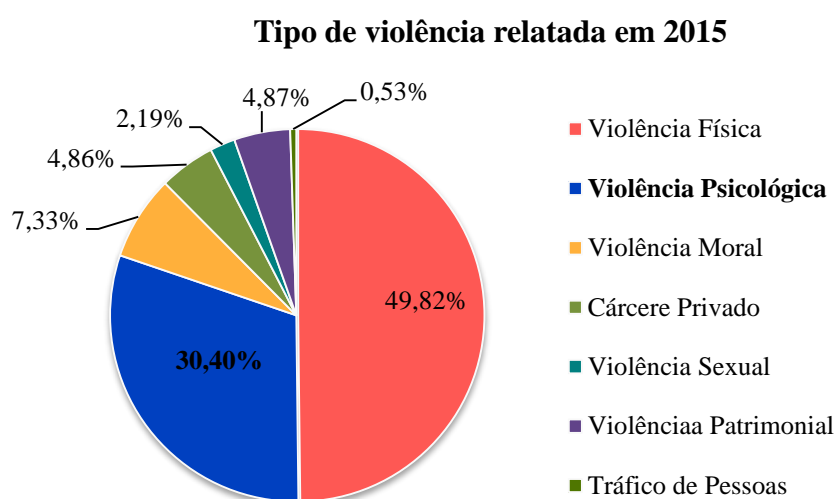
³⁰ ROVINSKI, Sônia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de Violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 77.

³¹ Observatório Judicial de violência contra a mulher. **1º Relatório de Dados Compilados sobre Violência Doméstica e Familiar**. Julho 2016. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/01-relatorio-dados-compilados-observatorio.pdf>>. Acesso em 20 de abr..

implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao seu desenvolvimento pessoal³².

Maria Berenice Dias destaca que este tipo de violência é o mais frequente e talvez seja o menos denunciado, pois muitas vezes as mulheres nem se dão conta de que agressões verbais, silêncios prolongados, tensões, manipulações de atos e desejos são violência e deve ser denunciada³³.

O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, rejeita, humilha ou discrimina a vítima. Demonstra prazer quando a vê sentir-se amedrontada, inferiorizada e diminuída³⁴. Ainda que apontada como a forma mais presente de agressão intrafamiliar à mulher, a violência psicológica ainda é pouco identificada. É o que revela o balanço da Central de Atendimento à Mulher:



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres³⁵

Por ser, em geral, fruto de uma relação verbal é ainda mais difícil de ser notificado, o que torna mais árdua a tarefa de punir o agressor, pois esse tipo de violência ocorre de

³²Hermann, Leda Maria (2008). **Maria da Penha Lei com nome de mulher: considerações à Lei n.º 11.340/2006: contra a violência doméstica e familiar, incluindo comentários artigo por artigo**. Campinas: Servanda, p. 109.

³³DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 73.

³⁴Idem. Ibidem, p. 72.

³⁵Central de Atendimento à Mulher. **Balanço 10 anos - LIGUE 180**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>>. Acesso em: 12 de mai.

maneira silenciosa. Soma-se a isso o fato de que a banalização social dos comportamentos violentos leva a que, muitas vezes, as próprias mulheres não qualifiquem expressamente como violência as agressões e pressões sofridas³⁶.

1.3.3 Violência sexual

De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde, violência sexual é “qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção”.³⁷

No que diz respeito a esse tipo de violência é incontestável que, historicamente, sempre houve resistência em admitir a possibilidade da sua ocorrência no âmbito dos vínculos afetivos. Ainda hoje se depara com a forte tendência em identificar o exercício da sexualidade como um dos deveres do casamento, legitimando a insistência do homem, que se enxerga “exercendo um direito”.³⁸ Em decorrência dessa suposta obrigação, sequer era reconhecida a prática de estupro pelo marido sob a alegação que se tratava de um exercício regular do direito inerente ao casamento, que poderia ser exigido por meio da violência.

A pesquisa “Violência Sexual – Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil” realizada em dezembro de 2016 pelo Instituto Patrícia Galvão revela que 49% dos entrevistados acreditam que a maioria dos estupros acontece dentro de casa e 73% acham que o agressor é, geralmente, alguém que a vítima conhece (32% entre parentes e parceiros íntimos).³⁹

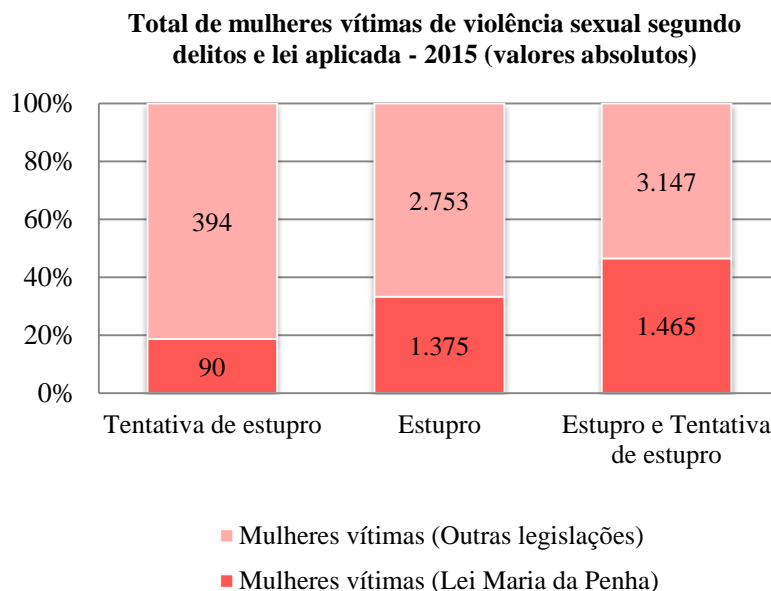
³⁶A importância de mensurar e punir os danos da violência ‘invisível’. Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/a-importancia-de-mensurar-e-punir-os-danos-da-violencia-invisivel>> Acesso em: 12 de mai.

³⁷FBSP. Datafolha. **Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais**. Setembro de 2016. Disponível em: < http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/FBSP_Policia_precisa_falar_estupro_2016.pdf >. Acesso em: 13 de mai.

³⁸DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 74.

³⁹FBSP. Datafolha. **Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais**. Setembro de 2016. Disponível em: < http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/FBSP_Policia_precisa_falar_estupro_2016.pdf >. Acesso em: 13 de mai.

De acordo com o Dossiê Mulher 2016, que apresenta dados sobre violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro referente ao ano de 2015, dentre as vítimas de estupro e tentativa de estupro do sexo feminino, aproximadamente 32% sofreram este crime em situação de violência doméstica/familiar. Ou seja, em mais de trinta por cento dos casos de violência sexual a vítima tinha relação de proximidade com o agressor ⁴⁰.



Fonte: ISP com base em dados da PCERJ

Por isso a necessidade da difusão do entendimento de que essa violência pode ser praticada por qualquer pessoa, até mesmo na constância da sociedade conjugal com a vítima, e em qualquer cenário, incluindo a sua própria casa. Maria Berenice Dias ressalta ainda que até mesmo o delito de assédio sexual, diretamente ligado às relações de trabalho, pode constituir violência doméstica, quando, além do vínculo afetivo familiar, a vítima trabalhar para o agressor⁴¹.

Cabe ressaltar que a lei tutela também os direitos reprodutivos da mulher, assim, impor a mulher a reprodução em contrariedade a sua vontade pelo sexo forçado ou com constrangimento ou com impedimento de uso de métodos contraceptivos é uma violência de gênero e grave violação dos direitos humanos⁴².

⁴⁰ Instituto de Segurança Pública. **Dossiê Mulher 2016**. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/dossie-mulher-2016.pdf>>. Acesso em: 16 de mai.

⁴¹ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 74.

⁴² CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 206.

1.3.4 Violência patrimonial

A violência patrimonial conceituada na Lei Maria da Penha encontra sua tipificação no Código Penal, entre os delitos contra o patrimônio, especificando com clareza as condutas que configuram violação dos direitos econômicos das mulheres, afastando as imunidades absolutas ou relativas presentes nos artigos 181 e 182 do CP.⁴³

Ainda que o empoderamento econômico das mulheres venha assumindo grande força nos últimos anos, não se pode olvidar que em muitas situações os homens permanecem na condição de chefia da família, administrando os bens e monopolizando o poder econômico familiar, contribuindo para manutenção da relação de desigualdade já existente.

Dessa forma, quando a vítima é a mulher com quem o agressor mantém qualquer tipo de relação afetiva, não se pode mais admitir a escusa absolutória, por isso, a retenção, subtração ou destruição de bens, ainda que parcial, e o impedimento a sua utilização constituem crime que não ficam sujeitos à representação.

Caracteriza-se também como violência patrimonial o não pagamento de pensão alimentícia, não sendo necessário que o encargo esteja fixado judicialmente. A prática desses delitos além de enfraquecer a mulher e a colocar em situação de vulnerabilidade, atinge diretamente a sua segurança e sua dignidade, por meio da redução ou do impedimento da capacidade de tomar decisões independentes e livres, podendo ainda alimentar outras formas de dependência como a psicológica.

1.3.5 Violência moral

⁴³ Artigo 181 É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Artigo 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:

I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II - de irmão, legítimo ou ilegítimo;

III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

Por fim, o último inciso do artigo 7º aborda a violência moral, mais especificamente no que diz respeito à proteção jurídica da honra. Essa forma de violência encontra tutela no Código Penal: calúnia (artigo 138, CP), difamação (artigo 139, CP) e injúria (artigo 140, CP), mas que, no contexto da prática no âmbito familiar ou afetivo constituem violência doméstica, impondo-se o agravamento da pena (artigo 61, II, f, CP).⁴⁴

Na abrangência da Lei Maria da Penha então o agente passivo desses crimes é sempre a mulher em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, a calúnia consiste na imputação de fato criminoso sabidamente falso à mulher e a difamação consiste na imputação à mulher a prática de fato ofensivo à sua reputação. Ambas atingem a honra objetiva, já a injúria, que consiste em atribuir à mulher qualidades negativas, ofendendo a sua dignidade a sua respeitabilidade, atinge a honra subjetiva⁴⁵.

Difícil dissociar a violência psicológica da violência moral. A última, no entanto, tem efeitos mais amplos, tendo em vista que atinge a reputação da mulher em seu meio social, apresentada na forma de desqualificação, inferiorização ou ridicularização, sendo uma afronta a sua autoestima.

Com a evolução constante das tecnologias de informação e redes sociais na internet, a violência moral contra a mulher tem tomado novas dimensões. A facilidade na qual as informações são propagadas e divulgadas em espaço virtual massivamente, de forma instantânea e de difícil comprovação e combate,⁴⁶ tornam esse meio propício à manutenção da prática desses delitos.

1.4 Propostas da Lei Maria da Penha

Um dos maiores obstáculos ao combate da violência doméstica era a falta de uma lei específica para enfrentar o problema que é, acima de tudo, cultural. Cumprindo os

⁴⁴ Artigo 61 São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido o crime:

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

⁴⁵Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal II. Parte especial: dos crimes contra a pessoa**. 12ª ed. rev. e ampl. — São Paulo: Saraiva, 2012, p. 790, 839 e 864

⁴⁶CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 210.

preceitos constitucionais de garantia à vida, à segurança e à proteção da família e com o intuito de combater esse tipo de violência e estimular a denúncia dos agressores - predominantemente, atuais e ex-companheiros - o governo federal sancionou em 07 de agosto a Lei nº 11.340/06.

Sabe-se que constitui dever do Estado, previsto no parágrafo 8º, do artigo 226 da Constituição da República⁴⁷, bem como na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e em outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, assegurar a assistência dos indivíduos da família e criar mecanismos para impedir a violência no âmbito familiar.

A Lei surgiu no cenário jurídico nacional como resposta a fortes demandas populares inconformadas com o absoluto descaso o qual sempre foi tratada a violência doméstica, condenando essa prática tão recorrente à invisibilidade. Ela vem à tona identificando essas agressões como violação dos direitos humanos⁴⁸, com intuito de assegurar à mulher o direito a sua integridade física, psíquica, sexual e moral.

Nesse sentido, Juliana Belloque, Defensora pública do Estado de São Paulo:

Existe esse ‘vício’ de só enxergar gravidade e importância na violência física, e os outros tipos de violência não importam tanto quando há essa visão viciada. E foi com isso que a Lei Maria da Penha quis muito claramente romper quando explicou todas as formas de violência e todo o conceito de violência doméstica em seus primeiros artigos. É preciso entender que a violência física é só mais um traço de um contexto muito mais global de violência, que inclui a violência moral, humilhações, a violência psicológica, a restrição da autodeterminação da mulher⁴⁹.

Diante da persistência da situação de vulnerabilidade da mulher associada à prática da violência doméstica, a Lei Maria da Penha representou um marco institucional importante, visto que procurou tratar de forma integral o problema da violência doméstica e não apenas da imputação de uma pena mais gravosa ao ofensor.

⁴⁷ Artigo 226 A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

⁴⁸ Artigo 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

⁴⁹ Instituto Patrícia Galvão. **Violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 20 de mai.

Já no seu artigo 1º a lei define seu objetivo, *in verbis*:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º. Do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a Violência contra a mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Incontestavelmente, ofereceu-se um conjunto de instrumentos capazes de viabilizar a proteção e o acolhimento emergencial à vítima, isolando-a do agressor, ao mesmo passo criou mecanismos para garantir a assistência social da mulher em situação de vulnerabilidade. Tornou-se possível a prisão em flagrante do agressor, ou mesmo a prisão preventiva, quando houver indícios de ameaça à integridade física da mulher.

Além disso, medidas protetivas foram estabelecidas, como: o afastamento do agressor do domicílio em situações de risco de vida da vítima, ou ainda a proibição de que ele se aproxime da mulher agredida e dos filhos. Preocupou-se também a lei em prever instâncias para o tratamento adequado do agressor, que para Maria Berenice Dias é a arma mais eficaz para coibir tal prática:

Mister que universidades, organizações não governamentais, serviços voluntários se disponham a concretizar deste que é a mais eficaz arma para coibir a violência doméstica: gerar no agressor a consciência de que ele não é o proprietário da mulher, não pode dispor de seu corpo, comprometer impunemente sua integridade física, higidez psicológica e liberdade sexual. Daí uma nova lei se fazia urgente⁵⁰.

A Lei Maria da Penha aparece resgatando a cidadania feminina. Isso porque se propõe a colocar a mulher a salvo do agressor, no intuito de encorajá-la a denunciar sem temer retaliações ou pior, que sua palavra não seja levada a sério. Almeja-se que as mulheres venham a ter instrumentos legais inibitórios para que não sejam mais vítimas de nenhum tipo de violência, visando não só a sua proteção, mas da família como um todo e garantindo os seus direitos. Para isso, no entanto, imprescindível assegurar a sua efetividade.

⁵⁰DIAS, Maria Berenice. **Uma nova lei para um velho problema**. IBCCRIM, boletim 168, Nov. 2006. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/3329-Violencia-domestica-uma-nova-lei-para-um-velho-problema>. Acesso em: 17 de mai.

Adiante será feita uma análise pormenorizada dos instrumentos previstos na Lei Maria da Penha, explicitando de maneira detalhada tais medidas, bem como as hipóteses de prisão preventiva e os mecanismos extrajudiciais de apoio à mulher vítima.

CAPÍTULO 2

A PERMANÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência praticada contra a mulher, nas diferentes formas como se apresenta hoje no Brasil e no mundo, em especial aquela que ocorre no ambiente doméstico e familiar, é, sobretudo, consequência da evolução histórica de práticas culturais fundamentadas em estruturas patriarcais, que contrastam com a evolução das conquistas alcançadas pelos movimentos feministas.

Historicamente as relações interpessoais no âmbito familiar foram interpretadas como restritas e privadas, em razão disso a complacência e a impunidade para com a violência nesse âmbito encontraram a sua legitimação social. A Lei Maria da Penha surge então com intuito de proteger a mulher que se encontra especificamente nessa condição de invisibilidade e vulnerabilidade.

O caput do artigo 5º da referida lei traz o conceito fundamental da violência doméstica e familiar contra a mulher, que se entende por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto independentemente de coabitação.

A abrangência da proteção a que se pretende a Lei para além da atuação no que diz respeito a relações afetivo-conjugais entre homem e mulher se deve a existência de diversas outras situações nas quais se verifica presente a violência de gênero em decorrência de posições hierárquicas de poder e opressão em razão de vínculo natureza familiar ou afetiva.

Cabe aqui a elucidação de alguns conceitos. Inicialmente é importante destacar a diferença entre sexo e gênero. Enquanto o primeiro está ligado à condição biológica do homem e da mulher, perceptível quando do nascimento pelas características genitais, o segundo refere-se a uma construção social que identifica papéis sociais de natureza

cultural, e que levam a aquisição da masculinidade e da feminilidade⁵¹. Ou seja, violência de gênero é um conceito mais amplo que o de violência contra a mulher, pois é aquela que tem por motivo o não cumprimento de uma determinada expectativa sociocultural, independentemente de a vítima ser do gênero feminino.

A Lei Maria da Penha inseriu no seu âmbito de proteção não só a mulher, mas a própria entidade familiar, tendo em vista que as consequências dessa violência ultrapassam a pessoa da vítima, comprometendo também todos outros familiares. Deve-se considerar que as crianças expostas a essa realidade terão propensão de reproduzir o comportamento que vivenciam dentro de casa.

Fato é que a população tem conhecimento da Lei Maria da Penha, no entanto, permanecem altos os índices que apontam a permanência da violência doméstica em nossa sociedade. De acordo com o Mapa da Violência 2012, duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres e em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 – 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico⁵².

A pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres,⁵³ divulgada em 2013, apontou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. Os dados dessa pesquisa revelam ainda que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira.

⁵¹DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 67.

⁵² WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012. Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Flaco. São Paulo, abril de 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Mapa-Violencia-2012_HomicidiosMulheres.pdf>. Acesso em: 19 de jun.

⁵³Data Popular/Instituto Patrícia Galvão. **Percepção da sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres**. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em 19 de jun.

Explica Maria Celina Bodin que “nas questões de gênero, salta aos olhos que o problema da violência doméstica diz respeito não mais apenas à instância privada da órbita familiar, mas, também e especialmente às instâncias públicas, dotadas de poder para resguardar os direitos fundamentais dos membros da família”.⁵⁴

Por mais impactantes que sejam esses dados ainda podem representar apenas uma parte da realidade, uma vez que parcela considerável dos crimes em relações íntimas não chega a ser denunciado. Passa-se agora a análise dos sujeitos que compõe a relação em situação de violência doméstica.

2.1A mulher em situação de violência

Para melhor compreender a mulher em situação de violência é imprescindível reconhecer que não existem perfis específicos de vítimas, tampouco padrões absolutos de comportamento. A violação dos direitos humanos das mulheres atravessa gerações e fronteiras geográficas e ignora diferenças de níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Rica ou pobre, branca ou negra, jovem ou idosa, com deficiência, lésbica, indígena, vivendo no campo ou na cidade, não importa a religião ou escolaridade. Toda mulher pode sofrer violência, uma vez que, no Brasil o processo social, histórico e cultural naturalizou definições das identidades do masculino e do feminino que, carregadas de desigualdades, contribuem para que as mulheres estejam mais expostas a certos tipos de violência, como a doméstica e a sexual⁵⁵.

Compreende-se como sujeito passivo que dá ensejo à aplicação da lei qualquer pessoa do sexo feminino, com quem o agressor tenha um vínculo de natureza familiar. Determinante então a distinção entre sexo e gênero, esse se relaciona com a condição biológica da pessoa, caracterizável quando do nascimento pela percepção das genitais. Gênero é uma construção social que identifica papéis sociais de natureza cultural que permitem a referência com o masculino ou com o feminino.

⁵⁴ MORAES, Maria Celina Bodin de. **Vulnerabilidades nas Relações de Família: O Problema da Desigualdade de Gênero**. Disponível em: <<http://migre.me/lgzrI>>. Acesso em: 18 de mai.

⁵⁵ Instituto Patrícia Galvão. **Violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 20 de mai.

Sendo assim, como a exigência para a tutela da lei é de que a vítima seja mulher, também lésbicas, transexuais, travestis e intersexuais que tenham identidade social com o sexo feminino estão sob a égide da Lei Maria da Penha⁵⁶.

Importante mencionar que a vulnerabilidade, hipossuficiência ou fragilidade da mulher têm-se como presumidas nas circunstâncias descritas na Lei 11.340/2006, além disso, destaca-se também que a violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, não sendo necessário que haja coabitação. Nessa lógica vem se posicionando o Superior Tribunal de Justiça⁵⁷:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE LESÃO CORPORAL PRATICADOS CONTRA NAMORADA DO RÉU E CONTRA SENHORA QUE A ACUDIU. NAMORO. RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO. CARACTERIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA. ART. 5.º, INCISO III, E ART. 14 DA LEI N.º 11.340/06. PRECEDENTES DO STJ. VÍTIMA MULHER DE RENOME DA CLASSE ARTÍSTICA. HIPOSSUFICIÊNCIA E VULNERABILIDADE AFASTADA PELO TRIBUNAL A QUO PARA JUSTIFICAR A NÃO APLICAÇÃO DA LEI ESPECIAL. FRAGILIDADE QUE É ÍNSITA À CONDIÇÃO DA MULHER HODIERNA. DESNECESSIDADE DE PROVA.

1. Hipótese em que, tanto o Juízo singular quanto o Tribunal a quo, concluíram que havia, à época dos fatos, uma relação de namoro entre o agressor e a primeira vítima; e, ainda, que a agressão se deu no contexto da relação íntima existente entre eles. Trata-se, portanto, de fatos inconteste, já apurados pelas instâncias ordinárias, razão pela qual não há falar em incidência da Súmula n.º 07 desta Corte.

2. O entendimento prevalente neste Superior Tribunal de Justiça é de que "**O namoro é uma relação íntima de afeto que independe de coabitação; portanto, a agressão do namorado contra a namorada, ainda que tenha cessado o relacionamento, mas que ocorra em decorrência dele caracteriza violência doméstica**".

3. A situação de vulnerabilidade e fragilidade da mulher, envolvida em relacionamento íntimo de afeto, nas circunstâncias descritas pela lei de regência, se revela ipso facto. **Com efeito, a presunção de hipossuficiência da mulher, a implicar a necessidade de o Estado oferecer proteção especial para reequilibrar a desproporcionalidade existente, constitui-se em pressuposto de validade da própria lei.** Vale ressaltar que, em nenhum momento, o legislador condicionou esse tratamento diferenciado à demonstração dessa presunção, que, aliás, é ínsita à condição da mulher na sociedade hodierna.

4. As denúncias de agressões, em razão do gênero, que porventura ocorram nesse contexto, devem ser processadas e julgadas pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos do art. 14 da Lei n.º 11.340/2006.

⁵⁶ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 67.

⁵⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Penal. Recurso Especial. REsp 1416580, da 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rel. Ministra Laurita Vaz. Brasília, DF, 15 de abril de 2014. **Jurisprudência do STJ**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON>>. Acesso em: 30 de mai.

[...]

(REsp 1416580/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 15/04/2014) (grifos nossos)

Para mulher é difícil denunciar alguém que reside sob o mesmo teto, com quem se tem um vínculo afetivo e filhos em comum e que, não raro, é o responsável pela subsistência da família. Muitas vezes, ao fazer a queixa, nem sempre ela quer separar-se do agressor, muito menos que ele seja preso, só quer que a agressão cesse. Quando procura socorro, a mulher já está cansada de apanhar e se vê impotente⁵⁸.

A pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgada em março deste ano informa que três em cada dez entrevistadas (29%) foram vítimas de violência ou agressão no último ano. A violência mais comum foi a de ofensa verbal, com 22% de menções, seguida de ameaças de agressão física (10%), perseguição (9%), agressão física (9%) e ofensa sexual (8%), entre outras formas de violência menos citadas⁵⁹.

Observa-se que conforme diminui a idade da entrevistada, aumenta o índice de vitimização: 45% entre as mais jovens (faixa etária entre 16 e 24 anos) ante 17% entre as mais velhas (faixa etária entre 60 anos ou mais).⁶⁰ A pesquisa apresenta classificações de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência ou agressão. Do total das entrevistadas, 29% alegaram ter sido vítimas e, majoritariamente sofreram insultos, humilhações ou julgamentos (ofensas verbais).

O estudo analisa também as atitudes das mulheres após sofrerem violência doméstica (nos últimos 12 meses) e conclui que mais da metade das vítimas se mantiveram inertes após serem agredidas (52%). Esse índice também é mais alto entre as mulheres de 16 a 24 anos, em que 59% não fizeram nada após a agressão.⁶¹ Do total das entrevistadas, 13% procurou ajuda da família e 12% dos amigos; 11% e 10% denunciaram em uma delegacia da mulher e em delegacia comum, respectivamente; 5% procurou a Igreja e 1% ligou para a Central de Atendimento à mulher.

⁵⁸DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 33.

⁵⁹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.

⁶⁰ Idem. Ibidem

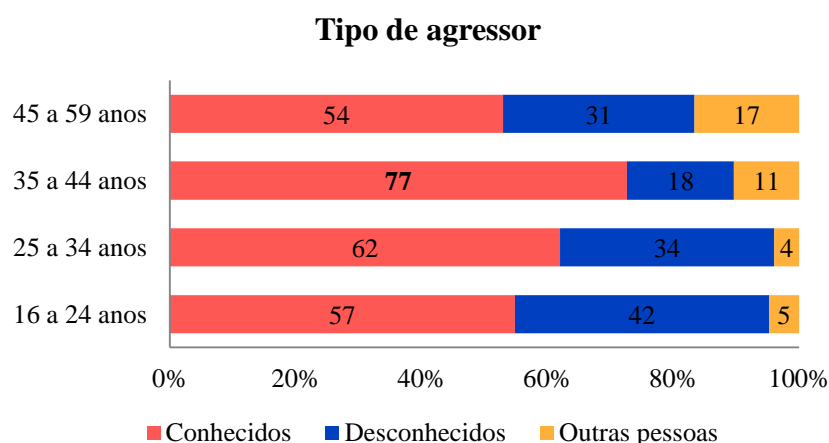
⁶¹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Op. Cit. Acesso em: 16 de jun.

Por fim, notam-se diferenças significativas no índice de vitimização entre as variáveis: idade, instrução, renda familiar mensal, classe econômica, cor e natureza do município. A pesquisa concluiu que as mulheres mais jovens representam 70% das vítimas de violência doméstica e que mais de 50% são mulheres com grau de instrução elevado. No que diz respeito a situação financeira, constatou-se que o índice é mais alto entre as mais ricas (52%) do que entre as mais pobres (37%). Os dados mostram que as mulheres que se auto intitularam como negras também sofreram mais violência do que entre as brancas.⁶²

2.2O sujeito ativo

O sujeito ativo evidenciado pela Lei Maria da Penha tanto pode ser um homem como pode ser uma mulher, basta que o vínculo com a vítima seja caracterizado como relação doméstica, familiar ou de afetividade. Óbvia então a intenção do legislador em proteger a mulher que se encontra em situação de vulnerabilidade nesse âmbito, independentemente do gênero do agressor.

Levando-se em consideração a violência mais grave sofrida pela mulher nos últimos 12 meses, de acordo com a pesquisa do FBSP⁶³, chega-se a conclusão de que em todos os casos, independentemente da faixa etária, os agressores são majoritariamente conhecidos da vítima. Nota-se que para a faixa etária de 35 a 44 anos, sobressaem em muito os agressores conhecidos. É o que demonstra claramente o gráfico abaixo:



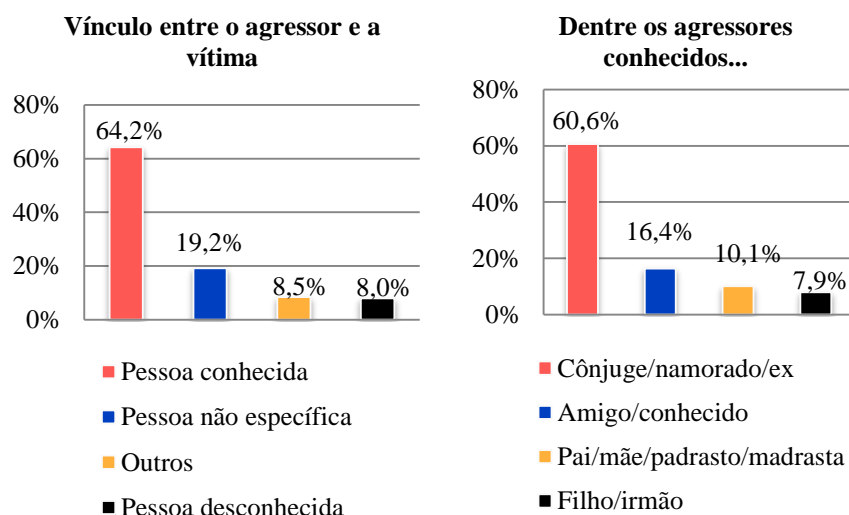
⁶² Idem. Ibidem.

⁶³ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.

Estudo realizado com 789 homens presentes em unidades de saúde da cidade de São Paulo mostrou que mais da metade dos entrevistados já havia praticado algum tipo de violência contra sua parceira íntima, dentre esses, 40% perpetrou violência psicológica, 31,9% física e 3,9% sexual. A inclusão dos agressores como objeto de estudos torna-se relevante, uma vez que permite conhecer o perfil e o discurso não apenas das mulheres vitimizadas, mas, sobretudo daqueles que praticam a violência.⁶⁴

Destaca-se que havendo hipossuficiência física ou econômica nas relações de parentesco quaisquer que sejam – entre cunhados, irmãs, ascendentes e descendentes, por exemplo – os agressores submetem-se aos efeitos dessa Lei. Há precedentes que reconhecem inclusive a violência doméstica praticada contra a funcionária que presta serviço a uma família, podendo figurar como agentes da agressão tanto o patrão bem como a patroa⁶⁵.

A pesquisa realizada pela FGV/DAPP também se propôs a traçar um perfil do sujeito ativo nesse âmbito. Concluiu que na maioria das notificações a violência física é praticada por um agressor do sexo masculino, conhecido da vítima e que, dentro desse perfil se encontram maridos, companheiros ou namorados, atuais ou não, na maior parte das vezes⁶⁶, como demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: FGV/DAPP que analisou dados da Secretaria de Saúde do RJ entre jan/2013 e jun/2016.

⁶⁴ Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. 2014. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf>>. Acesso em: 19 de jun.

⁶⁵ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

⁶⁶ Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV. **Mulheres são mais de 70% das vítimas dos casos de agressão notificados na rede de saúde rio**. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/mulheres-sao-mais-de-70-das-vitimas-dos-casos-de-agressao-notificados-na-rede-de-saude-rio>>. Acesso em: 31 de mai.

De um modo geral, socialmente, o agressor é agradável, uma pessoa encantadora⁶⁷. Para quem o conhece apenas nos espaços públicos aparenta ser um bom companheiro, levando a crer que jamais seria possível alguma referência a atitudes agressivas contra a mulher por parte dele.

Dentre as formas de expressão da violência doméstica, as ofensas verbais alcançam 22% das mulheres, eventos que envolvem agressões físicas foram reportados por 18%, os casos de ameaça de agressão, amedrontamento e perseguição atingiram 23% e os de ofensa sexual, 8%⁶⁸.

Há resultados também que apontam que 70,8% dos agressores faziam uso de uma ou mais substâncias lícitas ou ilícitas quando dá prática da violência doméstica. O consumo de álcool foi encontrado em 60% dos casos e, associado a outras drogas como maconha, cocaína e crack em 7,7%⁶⁹.

A relação do consumo de substâncias com o tipo de violência evidenciou que os agressores que consumiram somente álcool praticaram mais violência física (39,7%); os que ingeriram álcool e drogas associados perpetraram mais violência psicológica (30%); e os usuários de drogas isoladas cometeram mais a psicológica (75%)⁷⁰.

2.3Ciclo da violência

A violência doméstica no Brasil é cultural e a nossa sociedade ainda cultiva valores que a incentivam, o que impõe a necessidade da conscientização de que a culpa é de todos e não somente do agressor. Pesquisas recentes⁷¹ abrangendo todos os segmentos

⁶⁷ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 28.

⁶⁸ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.

⁶⁹ Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. 2014. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf>>. Acesso em: 19 de jun.

⁷⁰ Idem. Ibidem.

⁷¹ Instituto de Pesquisa DataSenado. **Violência Doméstica e Familiar contra a mulher**. Agosto de 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>>. Acesso em: 27 de mai.

sociodemográficos, revelam que as brasileiras, independente de idade, escolaridade, nível social, credo ou raça, sabem ou já ouviram falar da Lei Maria da Penha.

No entanto, seja por descrença nas medidas protetivas oferecidas pela lei, por medo de uma possível retaliação, por vergonha, por não ter outro lugar para ir ou receio de não possuir meios para manter financeiramente a si e aos seus filhos, muitas mulheres sentem dificuldade em denunciar o agressor.

Independentemente dos motivos que as condicionam ao silêncio, fato é que há grande resistência em buscar a punição de quem se ama ou, ao menos, amou um dia⁷². Ainda que aproximadamente todas as entrevistadas tenha conhecimento da existência da lei, há crescimento na percepção de desrespeito às mulheres e nos registros de violência psicológica.

O Instituto de Pesquisa Data Senado realizou pesquisa no final de 2016 com policiais das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher⁷³ e questionou a respeito da desistência do registro da ocorrência de violência doméstica mesmo na delegacia.

Constatou-se que a frequência com que as vítimas desistem é baixa, de acordo com 94% dos policiais acontece “somente às vezes” ou “raramente”. Sobre as principais causas que levam à desistência da denúncia, a dependência financeira e o medo do agressor alcançaram os percentuais mais expressivos, ficando em 37% e 24%, respectivamente. Em terceiro lugar, 18 % das mulheres desistem da denúncia por acreditarem ser a última vez.

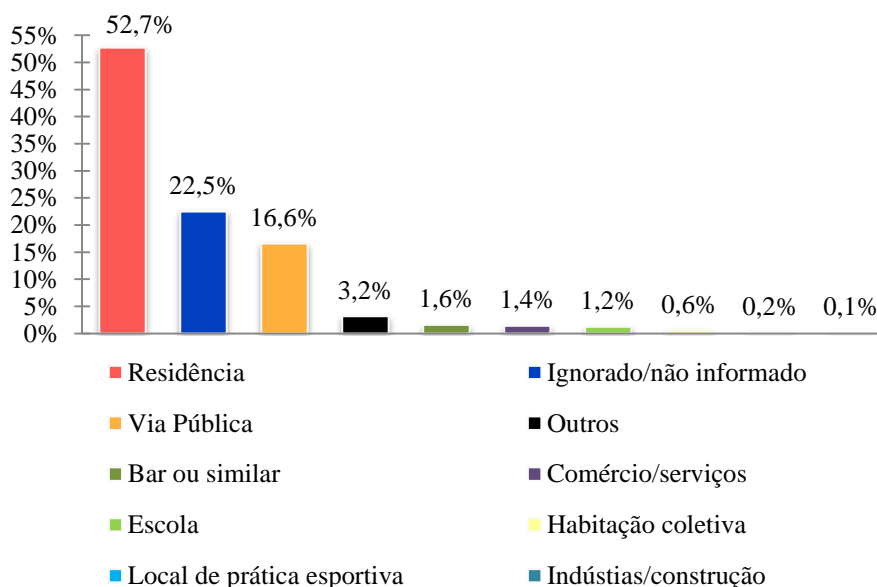
Cruzando essas estatísticas com as obtidas a partir da pesquisa realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas – FGV/DAPP, que analisou dados da Secretaria de Saúde do estado do Rio de Janeiro relativos ao período entre 2013 e 2016, revelam-se resultados alarmantes.

⁷² DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 25.

⁷³ Instituto de Pesquisa Data Senado. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – DEAMs**. Outubro a novembro de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-deams>>. Acesso em: 24 de mai.

Isso porque, somando-se os dados relativos a esse período, especificamente no que diz respeito a vítimas do sexo feminino, constata-se que na maioria das notificações de violência física o fato ocorre em suas residências, além disso, 35,6% das notificações relatam que o fato ocorreu mais de uma vez.⁷⁴ No gráfico abaixo é possível observar melhor a discrepância dos locais onde foram notificados os casos de violência doméstica.

Local das agressões



Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

A falsa sensação de que as agressões irão cessar se deve ao perverso ciclo de violência ao qual estão submetidas essas mulheres. O avanço dos movimentos feministas que promoveram a emancipação da mulher e a sua conquista do espaço público teve por consequência a redefinição do modelo ideal de família. A inserção da mulher no mercado de trabalho e a ruptura do papel que lhe era preestabelecido, qual seja, de cuidar do lar e da criação dos filhos, gerou a insatisfação dos seus companheiros.

Nesse contexto surge a violência doméstica. A mulher que não se sente mais satisfeita exclusivamente com o sucesso do seu marido e com o desenvolvimento dos filhos, outrora confinada nos limites da família, vai à busca de realização pessoal e ausenta-se um pouco do lar. Inconformado por não ter a dedicação integral e por supostas falhas no cumprimento dos papéis de gênero inicia-se o ciclo da violência.

⁷⁴Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV. **Mulheres são mais de 70% das vítimas dos casos de agressão notificados na rede de saúde rio**. Disponível em: < <http://dapp.fgv.br/mulheres-sao-mais-de-70-das-vitimas-dos-casos-de-agressao-notificados-na-rede-de-saude-rio>>. Acesso em: 18 de mai.

Primeiro vem o silêncio seguido da indiferença⁷⁵, a partir disso iniciam-se reclamações e reprovações, no intuito de diminuir a mulher, de destruir sua autoestima, de fazer com que ela se sinta sem qualquer valor e humilhada diante de todos. A violência que inicialmente limitava-se na esfera psicológica, transforma-se em violência física e então surgem empurrões, chutes, socos, [...].

Nessa conjuntura ocorre o pior: muitas mulheres creem serem merecedoras de tais punições por não estarem exercendo as tarefas que a sociedade impõe como de sua exclusiva responsabilidade. Diante disso, elas acreditam que é só uma fase e procuram ser ainda mais compreensivas, submetendo-se à vontade do agressor. Anulam-se a si próprias, seus desejos, seus sonhos e seus objetivos de vida⁷⁶, logo se tornam um alvo fácil.

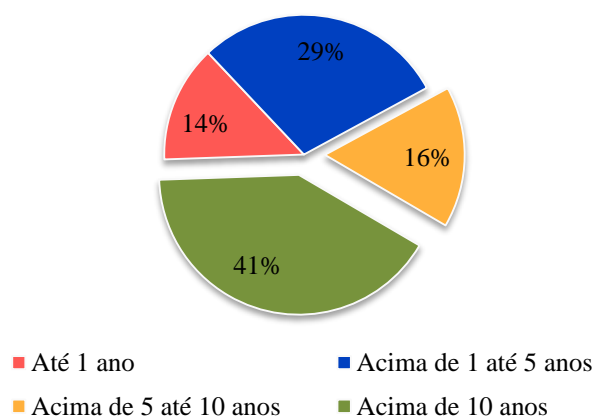
Explica Maria Berenice Dias que depois dos episódios de violência, o agressor demonstra-se arrependido, pedindo perdão, tentando reconquistar a vítima com flores, choro e promessas. Cenas de ciúmes são justificadas como provas de amor, o clima familiar melhora e o casal vive uma nova lua de mel. Ou então ele age como se nada tivesse ocorrido e, ao mesmo tempo, fica mais calmo e carinhoso e a mulher acredita que a agressão não vai mais acontecer.

Essa situação permanece até a próxima cobrança, ameaça, grito, tapa e assim inicia-se o ciclo novamente. Frequentemente a violência torna-se parte do cotidiano dessas mulheres, é o que constata o balanço do serviço “Ligue 180”, visto que revela em pesquisa recente (primeiro semestre de 2016) que em aproximadamente 39% dos casos de violência doméstica as agressões ocorriam diariamente e em 32%, ocorriam semanalmente.

⁷⁵ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 26.

⁷⁶Idem. Ibidem, p. 27.

Tempo de relacionamento com o agressor



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM

Ou seja, em mais de 71% dos casos a violência ocorre com uma frequência muito alta. Merece destaque também o fato de que 57% das vítimas da violência doméstica mantêm relação com o agressor por mais de cinco anos, conforme melhor observado no gráfico abaixo⁷⁷.

As consequências dessa violência não se limitam no sofrimento da mulher. Todos os membros da família se tornam vítimas indiretas dos abusos e, em especial os eventuais filhos do casal, que por receberem os reflexos da relação violenta entre os pais, acabam por viver em um ambiente hostil e pouco saudável para o seu desenvolvimento. Importante então a análise dos impactos que essa situação pode acarretar nessas crianças.

Pesquisas demonstram que estar exposto à violência conjugal leva a problemas de comportamentos internos e externos nas crianças, sintomas pós-traumáticos, assim como a problemas no relacionamento com pares e em atividades de memória explícita em crianças pré- escolares. Dentre os fatores que geram desses sintomas, destacam-se as habilidades maternas e a gravidade da violência conjugal ocorrida⁷⁸.

⁷⁷ Central de Atendimento à Mulher. **Balanco 10 anos - LIGUE 180**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>>. Acesso em: 19 de mai.

⁷⁸ D'AFFONSECA, Sabrina Mazo; WILIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Habilidades Maternas de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Uma Revisão da Literatura**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a04.pdf>>. Acesso em: 19 de jun.

Resultados mostram que mães de crianças expostas à violência doméstica constantemente são mais propensas a agredir seus filhos. Salientou-se ainda que quando submetidas a esses episódios, as crianças podem apresentar diversas sequelas no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, tendo probabilidade maior de serem vítimas de maus-tratos, quando comparadas com crianças cujas famílias não vivenciam esse fenômeno⁷⁹.

Nesse sentido, Maria Berenice Dias:

Quem vivencia a violência – muitas vezes até antes de nascer e durante toda a infância – só pode achar natural o uso da força física. Quando o agressor foi vítima de abuso ou de agressão na infância, ele tem medo e precisa ter o controle da situação para se sentir seguro. A forma que encontra de compensar é desprezar, insultar, agredir. Também a impotência da vítima – que não consegue ver o agressor punido – gera, nos filhos, a consciência de que a violência é um fenômeno natural.

A ferida sara, os ossos quebrados se recuperam, o sangue seca, mas a perda da autoestima, o sentimento de menos valia, a depressão, essas são feridas que não cicatrizam⁸⁰. A conclusão é de que a mulher não para de ser agredida, sendo a própria casa o lugar mais perigoso para ela e para os filhos.

⁷⁹ Idem. Ibidem

⁸⁰ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 28.

CAPÍTULO 3

INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E SUA EFETIVIDADE

De certo que foram inúmeros os benefícios trazidos pela Lei nº 11.340/06. A omissão por parte do Estado e a própria convivência social com a violência doméstica sempre foram óbices ao enfrentamento real desse crime.

Para o Promotor de Justiça Fausto Rodrigues de Lima⁸¹:

“Não é exagero dizer que a Lei Maria da Penha foi criada justamente para combater a jurisprudência que permitia ao marido bater impunemente na mulher em nome da “harmonia familiar”, bem como a Lei 9.099/95 que, oficializando aquela jurisprudência, optou pela não intervenção estatal nestas causas, propondo às vítimas que se reconcilhassem com os ofensores em nome da tal “harmonia familiar”.⁸²

3.1 Mudanças trazidas pela lei

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha foi necessária a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), conforme dispõe o artigo 14 da referida lei⁸³. São órgãos da justiça ordinária que possuem competência cível e criminal para executar e julgar causas decorrentes da prática de violência doméstica.

Sendo assim, todos os crimes e contravenções penais praticados em violência doméstica contra a mulher devem ser processados perante o Juízo especializado, com exceção dos crimes dolosos contra a vida, os quais são julgados perante o Tribunal do

⁸¹ Fausto Rodrigues de Lima, Promotor de Justiça, DF. Titular da 2ª Promotoria Especial e da Violência Doméstica de Samambaia/DF. Membro do Núcleo de Gênero e Defesa da Mulher do MP/DF. Integrante do Grupo de Trabalho Interministerial que trabalhou no anteprojeto da Lei Maria da Penha.

⁸² CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 266.

⁸³ Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Júri por imperativo constitucional⁸⁴. No caso de não estruturados os JVDfMs, foi atribuída competência cível e criminal para processar e julgar às Varas Criminais, para onde devem migrar as causas decorrentes da prática de violência doméstica.

Com o advento da Lei Maria da Penha houve também, ainda que poucas, mudanças na legislação infraconstitucional. A Lei não traz novos tipos penais, limitando-se a dar tratamento penal e processual distinto para as infrações penais já elencadas na legislação pátria quando praticadas no âmbito da violência familiar.

Tendo em vista que as agressões nesse âmbito nem sempre deixam vestígios visíveis, é indispensável reconhecer a condição de vulnerabilidade da vítima que jamais dispôs de um instrumento ágil e eficaz para se proteger do agressor com quem geralmente coabita⁸⁵. Por isso, importante inovação trazida foi a inversão dos encargos probatórios, emprestando-se pela primeira vez credibilidade a palavra da mulher em situação de violência doméstica.

Nesse sentido, recente precedente do STJ⁸⁶:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CÁRCERE PRIVADO E AMEAÇA NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE AMPLO REEXAME DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA NOS CRIMES PRATICADOS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

⁸⁴CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 272.

⁸⁵DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. eamp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 79.

⁸⁶BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Penal. Habeas Corpus.HC 385290/RS, da 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Rel. MinistroFelix Fischer. Brasília, DF, 06 de abril de 2017. **Jurisprudência do STJ**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201700060940&dt_publicacao=18/04/2017>. Acesso em: 10 de jun.

II - Mostra-se inviável o pedido absolutório, pois evidente a necessidade de amplo reexame do material fático-probatório dos autos, procedimento que, a toda evidência, é incompatível com a estreita via do habeas corpus.

III - Nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica, a palavra da vítima possui especial relevância, uma vez que são cometidos, em sua grande maioria, às escondidas, sem a presença de testemunhas. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 385.290/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 18/04/2017) (grifos nossos)

Ao Código Penal foi acrescentada uma agravante ao artigo 61, II, *f*, quando o agente se prevalece de relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade, *in verbis*:

Art. 61 - São circunstâncias que sempre **agravam a pena**, quando não constituem ou qualificam o crime:

II - ter o agente cometido o crime:

f) com abuso de autoridade ou **prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica**;

Também foi inserida neste mesmo diploma uma majorante, sendo alterada a pena do delito de lesões corporais quando cometido em decorrência do relacionamento familiar, que antes era de seis meses a um ano. Além disso, foi imposto maior rigor à prática desses delitos quando a vítima é pessoa com deficiência, atentando a sua condição de vulnerabilidade, *in verbis*:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, **prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade**.

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime **for cometido contra pessoa portadora de deficiência**. (grifos nossos)

No que diz respeito a essa mudança, houve aumento da pena máxima e diminuição da pena mínima, mantendo-se a pena de detenção que deve ser cumprida em regime semiaberto ou aberto⁸⁷. Tal alteração não foi bem vista, porque vai de encontro com a proposta da Lei Maria da Penha, que é de tratar com mais rigor a violência doméstica, levando-se em consideração que a tendência dos juízes é quantificar a pena próximo ao mínimo legal.

⁸⁷ Código Penal, art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

Ainda que o artigo 41 da Lei Maria da Penha preveja expressamente a não aplicação da Lei dos Juizados Especiais, com o aumento da pena máxima para três anos nos crimes de lesão corporal, corroborou-se esse entendimento, tornando impossível a aplicação dos institutos despenalizadores trazidos pela Lei nº 9.099/95, já mencionados anteriormente.

Cabe ressaltar que, considerando que a alteração foi feita no Código Penal, ainda que a Lei Maria da Penha tenha vindo em benefício da mulher, o delito de lesão corporal qualificado pela violência doméstica não distingue o sexo do ofendido, sendo assim, tanto homens como mulheres podem ser vítimas desse crime, bastando que este ocorra no âmbito familiar⁸⁸.

No contexto do Código de Processo Penal foi inserida mais uma hipótese de cabimento da prisão preventiva, alterada pela Lei n.º 12.403/2011, tornando-se mais abrangente, para incluir no caso de violência doméstica, além da mulher, a criança, o adolescente, o idoso, o enfermo ou qualquer pessoa com deficiência, *in verbis*:

Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; (grifos nossos).

A prisão preventiva é forma de contenção de liberdade de natureza excepcional, justificando-se apenas quando fundamentada nas previsões do artigo 312, CPP e nas circunstâncias do artigo explicitado acima. Segundo Aury Lopes Jr., o dispositivo criou uma espécie de vulnerabilidade doméstica, em que a prisão preventiva é usada para dar eficácia à medida protetiva aplicada⁸⁹.

⁸⁸ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. eamp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 81

⁸⁹ LOPES Jr., Aury. **Direito Processual Penal**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 612.

Mostra-se, portanto, de caráter sancionador ao agressor que não cumprir as determinações exaradas em sede de cognição sumária, por meio do expediente de requerimentos de medidas protetivas de urgência. É possível decretar a prisão preventiva em qualquer tempo, no curso do inquérito policial ou ação penal, se houverem motivos que lhe deem sustentação. Dispõe o artigo 20 da Lei Maria da Penha:

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

A Lei Maria da Penha trouxe ainda a possibilidade de o juiz impor o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, o que, para Maria Berenice Dias, representa a forma mais eficaz na luta para se combater a violência contra a mulher. Tal previsão encontra-se no parágrafo único do artigo 152, da Lei de Execução Penal, *in verbis*:

Art. 152. Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Mais recentemente, em março de 2015, foi sancionada a Lei n.º 13.104/2015, que classificou o feminicídio como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, entre outros). Explica a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino⁹⁰.

Art. 121. Matar alguém:

§ 2º Se o homicídio é cometido:

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

⁹⁰WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil**. Flacso. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 de jun.

O Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos: ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações. No nosso país, 55,3% desses crimes foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2015.

Elucida a Professora Luciana Boiteux que são claras as diferenças quando a vítima letal é uma mulher e essa é a motivação do crime: “Enquanto a maioria dos homens são mortos por arma de fogo, na rua, por pessoas desconhecidas, as mulheres são vítimas de agressões em seus domicílios, por parceiros ou ex-parceiros, sendo menor o uso de armas de fogo e mais comum contra elas a utilização de força física, estrangulamento/sufocação ou objetos perfuro-cortantes.”⁹¹

O sentimento de posse nutrido pelo agressor transforma as mulheres em propriedade dos homens e, durante anos, sob a alegação de defesa da própria honra, os maridos matavam as suas mulheres, pois se consideravam seus donos. Ainda que hoje tal justificativa não seja suficiente para ensejar a absolvição os homens continuam matando mulheres, seja por ciúme, por elas os terem abandonado ou por, simplesmente, terem um novo relacionamento após uma separação⁹².

A Lei Maria da Penha traz em seu artigo 21 a determinação de que a vítima seja notificada de todos os atos processuais contra o agressor, principalmente com relação a entrada e saída da prisão, o que possibilita certo preparo da mulher para possíveis reações do agressor caso seja solto, o que confere mais segurança a ela. O parágrafo único deste artigo acertadamente prevê ainda a vedação de entrega, por parte da ofendida, de qualquer intimação ou notificação ao agressor.

3.2 Medidas protetivas

⁹¹BOITEUX, Luciana. Precisamos falar sobre feminicídio. **Carta Capital**. Janeiro de 2017. Justificando. Disponível em: < http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/04/precisamos-falar-sobre-feminicidio/#_ftn4>. Acesso em: 13 de jun.

⁹² DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. eamp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 83.

Diante da falta de instrumentos capazes de afastar imediatamente a vítima do convívio do agressor, muitas mulheres que denunciavam seus companheiros por agressões ficavam à mercê de novas ameaças e agressões de seus maridos, que não raro dissuadiam as vítimas de continuar o processo.

A Lei Maria da Penha se propôs a conferir maior segurança e proteger as mulheres em situação de violência doméstica e familiar quando estas se encontram em caso de risco iminente à sua integridade pessoal e patrimonial. Tais medidas representam o maior acerto da Lei Maria da Penha e sua eficácia e inovação são elogiadas na doutrina até mesmo por autores que oferecem, em regra, críticas à mencionada conquista⁹³.

As medidas protetivas que obrigam o agressor são voltadas para a garantia da integridade física, psicológica, moral e material da mulher e da sua família e estão elencadas no artigo 22 da Lei Maria da Penha de forma exemplificativa, não esgotando o rol de providências protetivas passíveis de adoção, *in verbis*:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

A respeito do inciso I, que aborda a suspensão à posse ou restrição do porte de arma de fogo, percebe-se que se trata de medida de caráter administrativo e francamente preocupada com a incolumidade física da mulher⁹⁴. A restrição é cabível visto que se o

⁹³CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 291.

⁹⁴ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 150.

marido agride a esposa de maneira que lhe cause lesão corporal, possuindo arma de fogo é possível que, no futuro progrida para o homicídio⁹⁵.

Mostra-se de extrema relevância também o inciso III, que determina a proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares em distância mínima fixada pelo juiz, o contato com estes e a frequência de determinados lugares. Tal proibição se deve ao fato de que muitas vezes o agressor não se limita ao recesso do lar, como tutela o inciso II, sendo até mesmo comum que o ofensor persiga a vítima, como também seus familiares, estendendo-se ao local de trabalho e outros lugares por ela frequentados.

Imprescindível proteção presente no inciso IV que confere à vítima a possibilidade de requerer a restrição ou suspensão do direito de visitas aos filhos menores, caso a convivência represente perigo a eles. Objetiva-se aqui evitar que o agressor pressione psicologicamente os dependentes menores ou mesmo que reitere agressões já praticadas anteriormente.

Por fim, o inciso V determina a prestação de alimentos provisionais ou provisórios, medida que pretende assegurar a subsistência da entidade familiar enquanto perdurar a ação. Explica Maria Berenice Dias, em face da realidade, ainda tão saliente nos dias de hoje, em que o varão é o provedor da família, sua retirada do lar não o desonera da obrigação de continuar sustentando a mulher e os filhos. Seria um prêmio liberá-lo dos encargos para com a família⁹⁶.

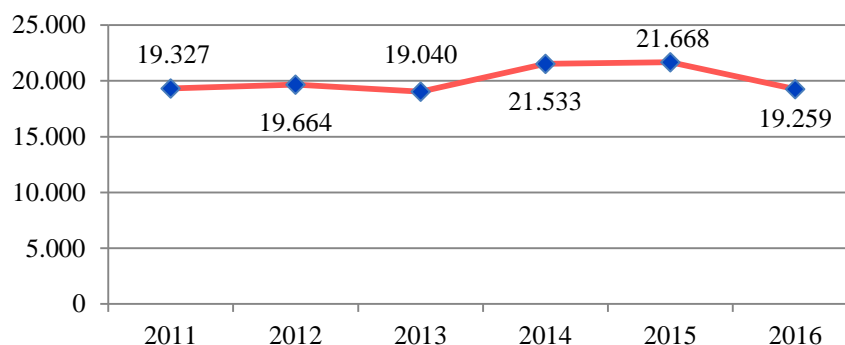
O gráfico abaixo traça o panorama histórico das medidas protetivas de urgência deferidas no âmbito da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Podemos inferir que 2015 foi o ano em que ocorreu o maior número de deferimentos de medidas protetivas de urgência, com um total de 21.668, e uma média de 1.806 por mês⁹⁷.

⁹⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais comentadas**. 8ª ed. São Paulo: Editora RT, 2014, p. 879.

⁹⁶ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 145.

⁹⁷ Observatório Judicial de violência contra a mulher. **1º Relatório de Dados Compilados sobre Violência Doméstica e Familiar**. Julho 2016. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/01-relatorio-dados-compilados-observatorio.pdf>>. Acesso em 13 de jun.

Série Histórica de Medidas Protetivas de Urgência Deferidas



Fonte: DGTEC. Dados organizados pela DGJUR⁹⁸

Mesmo notando uma constância nos números de pedidos de medidas protetivas, não tendo havido uma grande diferença entre os anos no decorrer do período analisado, o ano de 2013 registrou o menor número de deferimentos, com um total anual de 19.040 e uma média de 1.587 por mês.

Estas medidas cautelares só podem ser aplicadas pelo juiz, após denúncia de agressão realizada pela vítima junto à Delegacia de Polícia ou ao Ministério Público. O magistrado deverá determinar a execução da decisão em até 48 horas, após o recebimento do pedido da vítima⁹⁹.

Possuem caráter de urgência com as quais se busca evitar que a decisão da causa ao ser obtida, não mais satisfaça o direito da parte. Não é necessária para o deferimento dessas medidas a oitiva da parte contrária, conforme expressamente previsto no parágrafo 1º, do artigo 19 da Lei Maria da Penha, *in verbis*:

Art. 19. § 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado. (grifos nossos).

⁹⁸ Observatório Judicial de violência contra a mulher. Abril de 2017. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/vdfm/dados-estatisticos/med-protetivas-urgencia>>. Acesso em 13 de jun.

⁹⁹ LMP. Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

Tais medidas foram elaboradas e pensadas pelo legislador tendo em vista o conhecimento das atitudes que normalmente são empregadas pelo autor dos crimes praticados na abrangência da Lei que impedem a vítima de reagir ou dificultam em demasia a sua ação diante do cenário que se apresenta nessa forma de violência.

Isso porque como a violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre principalmente no interior do lar onde coabitam não só o agressor e a agredida, mas também os demais membros da família, em especial crianças, não é difícil que ele se aproveite desse contexto e dos laços familiares para submeter a mulher a pressão psicológica constante, mantendo-a no silêncio, impedindo-a de denunciar as agressões sofridas.

As medidas protetivas podem ser o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, se for o caso. Outra medida que pode ser aplicada pelo juiz em proteção à mulher vítima de violência é a obrigação de o agressor pagar pensão alimentícia provisional ou alimentos provisórios¹⁰⁰.

O agressor também pode ser proibido de entrar em contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio ou, ainda, deverá obedecer à restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço militar.

Dessa forma, a saúde física e psicológica da mulher fica preservada na medida em que o risco iminente de agressão será atenuado, já que o agressor não estará coabitando com a vítima. Também é tutelado o patrimônio da ofendida, uma vez que os objetos do lar não poderão ser destruídos com a mesma facilidade.

Contribuindo para o sistema de prevenção do combate a violência doméstica estão elencadas nos artigos 23 e 24 da Lei Maria da Penha, em rol não exaustivo, as medidas protetivas de urgência relativas diretamente a ofendida, *in verbis*:

¹⁰⁰ Conselho Nacional De Justiça – CNJ. **Conheça as medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80317-conheca-as-medidas-protetivas-previstas-pela-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 12 de jun.

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

O encaminhamento da ofendida e de seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou atendimento previsto no inciso primeiro do artigo 23 constitui medida de natureza cível e poderá ser requerida pela vítima no mento do registro de ocorrência junto à autoridade policial, bem como determinado de ofício pelo juiz ou a pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública¹⁰¹.

No que diz respeito aos incisos II e III, quando a mulher possui o fundado temor de que o agressor possa retornar ao lar e assim representar perigo, tanto ela poderá ser reconduzida a sua residência após o afastamento do agressor do espaço que coabitam quanto poderá ser afastada do lar sem prejuízo dos seus direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos¹⁰².

Finalizando o rol exemplificativo do artigo 23 há a previsão da determinação da separação de corpos, que pode ser deferida quer ofensor e vítima sejam casados, quer vivam em união estável heterossexual ou homoafetiva.¹⁰³

¹⁰¹CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 318.

¹⁰² Idem. Ibidem.

¹⁰³ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 147.

O artigo 24, por sua vez, preocupa-se com a proteção de cunho eminentemente patrimonial da sociedade conjugal ou dos bens de propriedade particular da mulher e está diretamente ligado ao artigo 7º, VI da Lei Maria da Penha, possibilitando à concessão de medidas protetivas como a restituição de bens da vítima que lhe foram indevidamente subtraídos pelo agressor; proibição temporária de compra, venda ou locação de bens comuns; e suspensão de procuração outorgada pela vítima¹⁰⁴.

Diante do quadro de violência familiar, as medidas protetivas podem ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e da manifestação do Ministério Público, ainda que o Ministério Público deva ser prontamente comunicado. Para cumprirem efetivamente o seu papel, elas podem perdurar até o desfecho do processo criminal, independentemente de outras ações cíveis eventualmente ajuizadas.

Elas podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos pela Lei Maria da Penha forem ameaçados ou violados¹⁰⁵.

Para garantir a efetividade das medidas o juiz poderá requerer o auxílio da força policial a qualquer momento¹⁰⁶, além da previsão expressa da possibilidade de prisão preventiva quando as medidas forem descumpridas, ao que se deve somar a presença dos requisitos do artigo 312 do CPP, como já explicitado anteriormente.

Nessa mesma linha, também poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública, ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas anteriormente concedidas, quando entender necessárias à proteção da ofendida, dos seus familiares e de seu patrimônio.

No que diz respeito ao tempo de eficácia das medidas de proteção deferidas pelo juiz não dispõe de caráter temporário e, por isso, não estão sujeitas ao prazo de caducidade previsto no artigo 308 do Novo Código de Processo Civil, que exige a interposição da ação principal no lapso de trinta dias.

¹⁰⁴ Idem. Ibidem, p. 151.

¹⁰⁵ Lei Maria da Penha, artigo 18, § 2º e 3º.

¹⁰⁶ Art. 22, §3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

Para Maria Berenice Dias, ainda que fazendo uso de procedimento cautelar, a busca de medidas provisionais pode dispor de natureza satisfativa, sem prazo de eficácia, podendo perdurar indefinidamente, enquanto persistir o cenário de risco¹⁰⁷. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, sem que sejam observadas as peculiaridades do caso concreto pode gerar situações perigosas.

As vedações previstas na Lei não configuram constrangimento ilegal e em nada infringem o direito de ir e vir consagrado em no texto Constitucional. Justifica-se a limitação do direito a locomoção quando o que se pretende preservar é o direito a vida e integridade física de outrem. Assim, na ponderação entre a vida e a liberdade há que se limitar esta para assegurar aquela¹⁰⁸.

As medidas protetivas deferidas serão extintas ante a extinção da punibilidade do agressor no âmbito do processo penal. Importante ressaltar que sem uma fiscalização realmente eficiente e eficaz, as medidas protetivas de urgência não são capazes de garantir a proteção integral da vida da mulher em situação de violência, nem de seus dependentes, o que pode gerar o sentimento de imunidade no agressor.

3.3 A inaplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais

A Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, Lei dos Juizados Especiais¹⁰⁹, editada para dar efetividade ao comando disposto no artigo 98, I, da Constituição da República¹¹⁰, ao possibilitar a aplicação da pena mesmo antes do oferecimento da denúncia, sem discussão da culpabilidade, desafogou a Justiça Criminal de crimes de menor gravidade.

¹⁰⁷ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 141.

¹⁰⁸ Idem. Ibidem, p. 83.

¹⁰⁹ BRASIL. Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 22 de mai.

¹¹⁰ Artigo 98 A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o **julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo**, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Conforme dispõe o artigo 61 da Lei dos Juizados Especiais¹¹¹, são considerados de menor potencial ofensivo não só as contravenções penais, mas também os crimes cuja pena máxima não ultrapassa dois anos. Diante disso, é possível constatar que o legislador delimitou o conceito baseando-se no critério da pena cominada.

Leciona Cezar Roberto Bitencourt que:

“Não é, por certo, a agravação da sanção cominada, aleatoriamente ou não, que torna a infração penal mais ou menos grave, como podem interpretar alguns, mas, certamente, a sua gravidade está diretamente relacionada com os efeitos, resultados ou, mais especificamente, com os danos que causa ou pode causar ao bem jurídico ofendido. Em outros termos, é a lesividade ou o potencial lesivo que traz em seu bojo que autoriza o reconhecimento da real gravidade de uma infração penal.”¹¹²

Dessa forma, os crimes contra a integridade física e psicológica, bem como contra a dignidade feminina no âmbito da violência doméstica seriam, a princípio, de competência dos Juizados Especiais Criminais, uma vez que a grande maioria desses delitos, a saber, lesão corporal leve, lesão corporal culposa, ameaça, injúria e calúnia se enquadram nessa categoria.

Para Maria Berenice Dias, a aplicação da Lei dos Juizados Especiais nos crimes de violência doméstica foi desastrosa¹¹³. Isso porque na vigência dessa lei a violência doméstica era negociada por cestas básicas nos Juizados Especiais como crime de menor potencial ofensivo, muitas vezes sacrificando a mulher para supostamente salvar a “harmonia familiar”.

Ainda que, com a criação das Delegacias da Mulher e dos Juizados Especiais, tenha havido aumento expressivo no número de registros policiais de lesões corporais e ameaças, 70% dos casos julgados envolviam violência cometida pelo homem contra a mulher, o que demonstrava a banalização da violência doméstica, não havendo solução satisfatória para o conflito.

Apesar de expressivos os números da violência intrafamiliar doméstica, não se encontrava explicação para o baixo índice de condenações. A justificativa sempre foi a preservação da família. As absolvições, sistematicamente levadas a efeito para garantir a harmonia familiar, acabavam tendo efeito contrário:

¹¹¹ Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

¹¹² BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, 2: parte especial: Dos Crimes Contra a Pessoa**. 12ª ed. rev. e ampli. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, p. 515.

¹¹³ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 32.

consagravam a impunidade e condenavam a violência doméstica à invisibilidade¹¹⁴.

Olvidou-se a lei da existência de uma relação hierarquizada de poder entre agressor e agredida. Em razão disso, nas relações familiares, a violação da integridade física e psicológica da mulher nunca poderia ser classificada como de pequeno potencial ofensivo¹¹⁵.

Ao analisar os dez anos de funcionamento dos Juizados, no plano nacional, para os casos de violência doméstica e familiar, apurou-se que 90% deles eram arquivados ou tinham aplicação da transação penal - cestas básicas ou multa sem a ausculta da vítima¹¹⁶.

Explica Carmen Hein Campos, como a Lei dos Juizados Especiais contribuiu para a banalização dos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher:

Tal banalidade é afirmada pelos números dessa violência nos Juizados: 70% dos casos julgados nos Juizados Especiais referem-se à violência conjugal e 90% deles terminam em conciliação com a renúncia da vítima à representação. É precisamente na conciliação que reside um dos maiores problemas para as mulheres nos Juizados: a decisão terminativa do conflito é, na grande maioria das vezes, induzida pelos juízes. (...) Então, na prática, o grande número de renúncias é originado pelo comportamento do próprio magistrado. A preocupação dos juízes parece ser a de diminuir o número de processos, que é bastante elevado. Pouco importa se a vítima sai satisfeita com a solução dada ao caso. É por isso que nos Juizados, a conciliação com a renúncia do direito de representação é a regra¹¹⁷.

Além disso, não sendo possível o acordo, a vítima deveria manifestar-se na presença do agressor, o que, evidentemente constrangia a mulher e contribuía para o arquivamento massivo dos processos. Não obstante o fato de ter a sua constitucionalidade questionada foi coerente a Lei Maria da Penha em afastar expressamente a competência de julgamento desses crimes dos JECRIMs¹¹⁸, porque retirou a violência doméstica da invisibilidade e levou em consideração as assimetrias de poder existentes entre as partes.

¹¹⁴ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 34.

¹¹⁵ Idem. Ibidem, p. 32.

¹¹⁶ FEGHALI, Jandira, **Violência contra mulher: um ponto final**. Saúde em Debate, Janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406345310009>>. Acesso em: 30 de mai.

¹¹⁷ CAMPOS, Carmen Hein. **Os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) e a Conciliação da Violência Conjugal (art.) in Violência Doméstica – Bases para a formulação de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora Revinter/FAPERJ, 2003, p. 43.

¹¹⁸ Artigo 41 Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Evidente então que a gravidade das agressões sofridas pela mulher no âmbito familiar mostrava-se incompatível com o procedimento adotado nos Juizados Especiais Criminais, haja vista a inadequação das penas e, conseqüentemente, a sensação de impunidade transmitida àqueles que praticavam a violência por diversas vezes reiterada.

Em artigo publicado em 2007, a Ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon chamou atenção para o fracasso da Lei 9.099/1995, em termos de política criminal, no tocante aos casos de violência doméstica contra a mulher:

Lamentavelmente, a realidade mostrou-se inteiramente diferente da ideia conceitual dos que lutaram pela aprovação da Lei dos Juizados. Em pouco tempo, chegou-se à conclusão que o diploma legal serviu para a legalização da “surra doméstica”. Sem flagrante, sem fiança e com a possibilidade de acordo, ainda na fase policial, impunha como condenação o pagamento de uma multa, a entrega de cestas básicas ou a prestação de serviço à comunidade, apagando por completo a acessão perpetrada. A suavidade da pena e o desaparecimento da culpa do agressor pelas tratativas procedimentais levavam à reincidência, outra surra, outra agressão, acompanhada de coação, para que a vítima não usasse o suporte legal nos próximos embates.¹¹⁹

Houve, no entanto, vozes dissonantes que defendiam a conciliação civil neste âmbito, alegando que este instituto permitia que o autor da agressão e a ofendida buscassem, com o auxílio de mediadores, a solução adequada para os problemas vivenciados no ambiente doméstico e familiar, não vendo o direito penal como uma solução para este problema¹²⁰.

O STF, nos autos do *Habeas Corpus* de nº 106.212, julgado em 24.03.2011, decidiu pela constitucionalidade do art. 41 da Lei Maria da Penha alcançando toda e qualquer prática delituosa contra a mulher, até mesmo quando consubstancia contravenção penal, como é a relativa a vias de fato, tornando inaplicável a Lei 9.099/1995.¹²¹ Consoante com essa decisão, Pedro Rui da Fontoura Porto:

“[...] se for para suspender o processo mediante condições banais como a patética apresentação mensal em juízo, proibição de frequentar determinados lugares e de se ausentar da comarca sem autorização judicial, com efeito,

¹¹⁹ CALMON, Eliana. Revista Judiciária do Paraná. **A Lei Maria da Penha**. Novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.amapar.com.br/images/stories/RevJudiciaria50Anos.pdf>>. Acesso em 01 de jun.

¹²⁰ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. eamp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 95

¹²¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus nº 106.212, Plenário do STF, 24 mar. 2011. Mato Grosso do Sul, Brasília, Distrito Federal, 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1231117>>. Acesso em 15 de mai.

assiste razão os tribunais que se posicionam contrários a este instituto legal em casos de incidência da Lei Maria da Penha”.¹²²

Em que pese forte divergência doutrinária acerca do tema, este foi pacificado ante a decisão do Supremo Tribunal Federal¹²³ – STF – que proclamou a constitucionalidade do artigo 41, afastando a incidência da Lei dos Juizados Especiais quanto aos crimes praticados contra a mulher no âmbito doméstico.

Diante disso, mesmo que o crime seja reconhecido por meio do seu menor potencial ofensivo, a ação tramita nos Juizados De Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e não faz jus o réu às benesses da Lei dos Juizados Especiais, como composição civil de danos, sursis processual e transação penal, como também não cabem questionamentos a respeito da renúncia ou retratação.

O artigo 17 da Lei Maria da Penha vedou expressamente a substituição da pena carcerária por pena restritiva de direito de prestação pecuniária, ou de penas de outra natureza, ainda que com a concordância da vítima, *in verbis*:

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Esse artigo teve origem com a popularização das penas de cesta básica no âmbito dos juizados especiais criminais, consistente no acordo realizado entre o Ministério Público e os acusados para que estes ficassem livres do eventual processo¹²⁴.

De acordo com o artigo 77 do Código Penal, a execução da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, poderá ser suspensa, por dois a quatro anos, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos¹²⁵. O *sursis*, que nada mais é do que a

¹²²PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/06-análise crítica e sistêmica**. 2ª ed. Ver. e Atual. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora, 2012. p. 136.

¹²³BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Violência Doméstica. ADC 19-3/610 e ADI 4.424, Rel. Ministro Marco Aurélio. Laurita Vaz. Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2012. **Jurisprudência do STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>>. Acesso em: 30 de mai.

¹²⁴CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 284.

¹²⁵Art. 77. I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;

III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código.

suspensão do cumprimento da pena de prisão, é permitido no âmbito da Lei Maria da Penha desde que não tenha sido aplicada pena superior a dois anos.

Deve-se atentar ao fato de que o *sursis processual*, que trata da suspensão condicional do processo, quando o indiciado sequer é processado, teve sua aplicação vetada nos casos de violência doméstica contra a mulher. Isso ocorre em razão da previsão desse instituto, bem como da transação penal na Lei dos Juizados Especiais¹²⁶, que teve sua incidência afastada pelo artigo 41 da Lei Maria da Penha, posição consolidada pelo STJ na Súmula n.º 536¹²⁷.

Sendo assim, o legislador quis deixar claro que a integridade da mulher não tem valor econômico e não pode ser trocado por moeda. Como bem explica Maria Berenice Dias:

“O certo é que a Lei Maria da Penha teve por objetivo retirar a possibilidade de apenar o agressor com medidas que são, reconhecidamente, inócuas e que, comprovadamente, não cumpre com uma das finalidades da pena, qual seja a chamada prevenção geral negativa, cujo fundamento é a intimidação do criminoso levada a efeito pela espécie e quantidade de pena atribuída àqueles que cometem determinada conduta criminosa.”.¹²⁸

Percebe-se então que o advento da nova Lei estabeleceu mecanismos por demais óbvios para o enfrentamento da violência contra a mulher. Inconstitucional era o sistema anterior, sabidamente discriminatório e prejudicial ao gênero feminino porque desconsiderava as peculiaridades desse tipo de violência, bem como os tratados internacionais que regiam a matéria¹²⁹.

3.4 Políticas públicas no âmbito da violência doméstica

¹²⁶Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

¹²⁷BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n.º 536**. A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TIT1TEMA0>>. Acesso em: 09 de jun.

¹²⁸DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. eamp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 79.

¹²⁹CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 272.

A Lei Maria da Penha, além de definir a violência doméstica e impor mecanismos repressores, para a sua implementação integral, teve a cautela de determinar providências a serem adotadas pelos poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal¹³⁰. Ainda assim, verifica-se que mais de metade das mulheres agredidas relata não ter feito nada após a agressão¹³¹.

Destaca-se que o artigo 35 da Lei Maria da Penha¹³² prevê expressamente que os entes federativos poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, devendo a execução das políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher ocorrer de forma integrada e articulada, com a criação de serviços especializados e o estabelecimento de rede de atendimento às mulheres¹³³.

¹³⁰ Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a **integração operacional** do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de **estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes**, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas **Delegacias de Atendimento à Mulher**;

V - a promoção e a realização de **campanhas educativas** de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de **convênios, protocolos, ajustes, termos** ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a **capacitação** permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de **programas educacionais** que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos **currículos escolares de todos os níveis de ensino**, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

¹³¹ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 191.

¹³² I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

¹³³ CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011, p. 318.

Os serviços descritos nos incisos do artigo supracitado são definidos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres¹³⁴ nos seguintes termos:

- Centros de Referência: Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/ atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. Os Centros de Referência devem, além de prestar o acolhimento e atendimento da mulher em situação de violência, monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas instituições que compõe a Rede.
- Casas-Abrigo: As Casas-Abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher: As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMs passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.
- Defensorias da Mulher: As Defensorias da Mulher têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. É órgão do Estado, responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios.
- Instituto Médico Legal: O IML desempenha um papel importante no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente as vítimas de violência física e sexual. Sua função é decisiva na coleta de provas que serão necessárias ao processo judicial e condenação do agressor.
- Centro de Educação e Reabilitação do Agressor: Constituem espaços de atendimento e acompanhamento de homens autores de violência, encaminhados pelos Juizados Especiais de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher e demais juizados/varas. Os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor visam à reeducação dos homens autores de violência e à construção de novas masculinidades, a partir do conceito de gênero e de uma abordagem responsabilizante.

O caráter protetivo da Lei Maria da Penha assegura à mulher vitimizada no ambiente doméstico uma série de garantias. Dessa forma, se preocupou a Lei em garantir o direito ao trabalho da mulher vítima de violência de gênero, quer trabalhe no serviço

¹³⁴ Idem. Ibidem, p. 361. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. A íntegra do documento está disponível no site

público ou na iniciativa privada, evitando que ela dependa financeiramente do agressor, o que muitas vezes inviabiliza a denúncia da violência sofrida.

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

A determinação de manutenção do vínculo empregatício pode ser feita de ofício pelo juiz quando esse autorizar o afastamento da vítima de sua residência e determinar o seu abrigo em casa de passagem. Certamente não teria eficácia afastar a vítima do contato com seu agressor se ela permanecesse trabalhando normalmente e esse continuasse a ter livre acesso ao seu emprego.

Nesse sentido, Maria Berenice Dias evidencia: Às claras que, para não ser descoberta pelo agressor, não poderá continuar trabalhando, pois com isso é fácil o agressor descobrir seu paradeiro, basta segui-la na saída do serviço¹³⁵.

Em que pese o esforço despendido no sentido de coibir a violência doméstica, pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹³⁶ abrangendo todas as regiões do Brasil, divulgada em março deste ano revela que sete em cada dez brasileiros adultos (73%) avaliam que a violência contra a mulher nesse âmbito aumentou nos últimos 10 anos. Entre as mulheres, essa percepção eleva-se para 76% e, entre aquelas que foram vítimas de algum tipo de violência nos últimos doze meses, para 79%.

Essa pesquisa revela que ainda hoje muitas mulheres permanecem na situação de violência e se mantêm em silêncio. Metade das vítimas (52%) declarou que após sofrer a violência ou agressão nada fez. Enquanto 13% procuraram ajuda da família, 12%

¹³⁵ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 157.

¹³⁶ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.

procuraram ajuda dos amigos, 11% foram à Delegacia da Mulher e fizeram a denúncia, 10% foram à delegacia comum, 5% procuraram a Igreja, 3% ligaram para o 190 e 1% ligou para a Central de Atendimento à Mulher (180).

Apesar de a Lei Maria da Penha já contar com mais de dez anos de vigência, a sua aplicação efetiva ainda esbarra em algumas dificuldades. Explica Maria Berenice Dias que para isso é imprescindível que o Estado adote políticas públicas capazes de suprir as necessidades, social, física e psicológica das vítimas. Em razão da situação de fragilidade emocional e até mesmo física em que se encontra a mulher, a hipossuficiência faz com que o silêncio seja o maior cúmplice dos episódios de violência¹³⁷.

Na pesquisa realizada pelo Senado, por exemplo, concluiu-se que em diversas regiões as delegacias são insuficientes para a demanda local e que a falta de pessoal é um dos principais empecilhos apontados pelas entrevistadas¹³⁸.

Essa percepção é ainda mais forte entre delegadas e delegados (78%). Na região Norte, a falta de equipamentos para o trabalho foi apontada por mais de um quarto dos policiais entrevistados. Da amostra, 57% afirmaram que o número de delegacias é insuficiente para atender a demanda da população local. Este número chega a 86% na região Norte e a 63% na região Sul.

¹³⁷ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 191.

¹³⁸ Senado. **Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres – DEAMs**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-deams>>. Acesso em: 15 de jun.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisa criticamente a permanência da violência doméstica e familiar contra a mulher na nossa sociedade, levando em consideração os avanços legislativos e políticos para se prevenir e punir tal prática.

É possível compreender hoje, o quanto ainda há de permissividade social em relação a essa forma de violência, o quanto a cultura patriarcal ainda persiste, repousa, e aposta na dominação de um poder que despreza, enquanto subjuga, aniquila e nega qualquer valor ou autonomia à mulher.

Apesar da previsão de direitos das mulheres na Constituição de 1988, e da Lei Maria da Penha de 2006, que criou mecanismos de proteção à mulher, tais avanços não foram suficientes.

A Lei Maria da Penha veio para enfrentar a naturalização de uma pseudo inferioridade, inclusive de cunho intelectual, do feminino perante o masculino, que delimitou o lugar da mulher na sociedade, forjou a hierarquia familiar e utilizou a violência doméstica como método para manter essa ordem social.

Com os dados compulsados para a realização deste trabalho chega-se a conclusão de que a lei não resolveu o problema da violência doméstica. Resta claro que ainda há muito a se fazer para que essa prática seja de uma vez por todas erradicada da nossa sociedade. Esta só será vencida quando a tradição sexista cultural sucumbir perante uma atuação proativa e eficaz do Estado em todas as esferas institucionais, inclusive na aplicação da lei penal quando necessária, usando os mecanismos preventivos, protetivos e punitivos estabelecidos no texto da referida Lei

As estatísticas recentes demonstram que embora a população brasileira tenha conhecimento da Lei, muitas mulheres ainda optam pelo silêncio pelos mais variados motivos. A dependência financeira, o medo de uma possível retaliação e até mesmo da falta de credibilidade na sua palavra fazem com que essa violência se torne invisível e a consequência é a manutenção do ciclo da violência.

A Lei Maria da Penha não diminuiu a violência, mas sim encorajou as mulheres a denunciar, o que é muito significativo, mas não é suficiente para resolver o cerne da questão. Os dados levam a crer que a violência doméstica continua aumentando ainda que tenha havido diversos avanços legislativos e que as mulheres tenham a consciência de que existe uma lei para protegê-las desse tipo de agressão.

De nada adianta a previsão legal se não houver uma mudança efetiva na mentalidade social, ainda mais quando se trata de um crime que acontece num contexto de vulnerabilidade.

Os números são alarmantes, por isso imprescindível a discussão, por parte da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, dos movimentos sociais, das organizações de direitos humanos, dos operadores da lei, sob a única premissa de que a mulher tem direito à vida. É um bem fundamental, sem o qual nenhum outro direito é possível. Preservá-lo é obrigação de todos.

É urgente a efetivação de políticas públicas para mulheres, a prevenção, debater machismo e gênero nas escolas, lutar contra o preconceito e todas as opressões raciais e sexuais para prevenir a violência de gênero e impedir que políticos oportunistas e misóginos se aproveitem dessa onda social de frustração para instrumentalizar ódio nas redes sociais, nas quais o machismo, o racismo e o preconceito são insuflados por discursos populistas e conservadores.

A pesquisa mais recente do FBSP questiona se não estamos “entregando” os destinos das mulheres vítimas apenas à Polícia e à Justiça tradicionais. Também interroga o porquê de serem tão pouco usados os círculos de Justiça Restaurativa e a dinâmica de Mediação de Conflitos. É substancial o investimento nessas agendas nos próximos anos, ou não sairemos do pesadelo onde nos metemos, centrado em crime, vingança, prisão, estigma, crime, punição¹³⁹.

Conclui-se portanto, que ainda há muito no que avançar para a conquista efetiva e eficaz do que se pretende a Lei Maria da Penha. O sistema penal não é a forma mais

¹³⁹ DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 191.

qualificada para resolver o problema, vide os muitos casos de reincidência quando se trata de violência doméstica.

Desenvolveu-se, ao longo dos anos, contudo, como uma importante estratégia de enfrentamento mais ou menos eficaz, que tem dado espaço, especialmente na América Latina, a reais possibilidades de desconstrução de paradigmas, a longo prazo, como fez, por exemplo, a Lei Maria da Penha, ao introduzir, junto de sua diminuta dimensão criminalizante, propostas preventivas e educativas.¹⁴⁰

Como explica Luiz Roberto Barroso é necessária a existência de órgãos, instrumentos e procedimentos capazes de fazer com que as normas jurídicas se transformem de exigências abstratas dirigidas à vontade humana, em ações concretas¹⁴¹.

¹⁴⁰ IBCCRIM, Boletim. **A Lei Maria da Penha completa nove anos. É possível trilhar caminhos para além de sua dimensão simbólica.** Disponível em:< http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5745-A-Lei-Maria-da-Penha-completa-nove-anos-e-possivel-trilhar-caminhos-para-alem-de-sua-dimensao-simbolica>. Acesso em: 17 de mai.

¹⁴¹ BARROSO, Luis Roberto. **O direito Constitucional e a efetividade de suas normas. Limites e possibilidades da Constituição brasileira.** 9ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 121.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luis Roberto. *O direito Constitucional e a efetividade de suas normas. Limites e possibilidades da Constituição brasileira*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BOITEUX, Luciana. *Precisamos falar sobre feminicídio*. Carta Capital. Janeiro de 2017. Justificando. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/04/precisamos-falar-sobre-feminicidio/#_ftn4>. Acesso em: 13 de jun.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal II. Parte especial: dos crimes contra a pessoa*. 12ª ed. rev. e ampl. — São Paulo: Saraiva, 2012

BRASIL. *Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 22 de mai.

CALMON, Eliana. Revista Judiciária do Paraná. *A Lei Maria da Penha*. Novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.amapar.com.br/images/stories/RevJudiciaria50Anos.pdf>>. Acesso em 01 de jun.

CAMPOS, Carmen Hein. Os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) e a Conciliação da Violência Conjugal (art.) in *Violência Doméstica – Bases para a formulação de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora Revinter/FAPERJ, 2003.

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER. *Balanco 10 anos - LIGUE 180*. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>>. Acesso em: 12 de mai.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório anual 2000. Relatório nº 54/01. Caso 12.051. Maria da Penha Maia Fernandes*. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 19 de jun.

COMPROMISSO E ATITUDE. *O Caso Maria da Penha na Comissão de Direitos Humanos da OEA*. Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>>. Acesso em 19 de jun.

COMPROMISSO E ATITUDE. *Legislação sobre violência contra as mulheres no mundo*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/legislacao-sobre-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>>. Acesso em: 19 de jun

CNJ. *Conheça as medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80317-conheca-as-medidas-protetivas-previstas-pela-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 12 de jun.

D’AFFONSECA, Sabrina Mazo; WILIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. *Habilidades Maternas de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Uma Revisão da*

Literatura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a04.pdf>>. Acesso em: 19 de jun.

DATA POPULAR/INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Percepção da sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres*. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em 19 de jun.

DIAS, Maria Berenice. *Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 4ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FGV. *Mulheres são mais de 70% das vítimas dos casos de agressão notificados na rede de saúde rio*. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/mulheres-sao-mais-de-70-das-vitimas-dos-casos-de-agressao-notificados-na-rede-de-saude-rio>>. Acesso em: 31 de mai.

FEIX, Virginia in CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011

FEGHALI, Jandira, *Violência contra mulher: um ponto final*. *Saúde em Debate*, Janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406345310009>>. Acesso em: 30 de mai.

FBSP. Datafolha. *Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais*. Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/FBSP_Policia_precisa_falar_estupro_2016.pdf>. Acesso em: 13 de mai.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.

HEERDR, Samara Wilhelm in CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

HERMANN, Leda Maria (2008). *Maria da Penha Lei com nome de mulher: considerações à Lei n.º 11.340/2006: contra a violência doméstica e familiar, incluindo comentários artigo por artigo*. Campinas: Servanda, p. 109.

IBCCRIM, Boletim. *A Lei Maria da Penha completa nove anos. É possível trilhar caminhos para além de sua dimensão simbólica*. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5745-A-Lei-Maria-da-Penha-completa-nove-anos-e-possivel-trilhar-caminhos-para-alem-de-sua-dimensao-simbolica>. Acesso em: 17 de mai.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Dossiê Mulher 2016*. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/dossie-mulher-2016.pdf>>. Acesso em: 16 de mai.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Violência doméstica e familiar contra as mulheres*. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 20 de mai.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. PERLINGEIRO, Cecília. In CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011

LIMA, Fausto Rodrigues de in CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011.

LIMA, Joel Corrêa de; CASARA, R. R. Rubens (Coord.). *Temas para uma perspectiva crítica do direito: Homenagem ao professor Geraldo Prado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012.

LOPES Jr., Aury. *Direito Processual Penal*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Vulnerabilidades nas Relações de Família: O Problema da Desigualdade de Gênero*. Disponível em: <<http://migre.me/lgzrI>>. Acesso em: 18 de mai.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais comentadas*. 8ª ed. São Paulo: Editora RT, 2014

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 23 de Fevereiro, 1994. *Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres*. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>>. Acesso em: 25 de mar.

OBSERVATÓRIO JUDICIAL DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. *1º Relatório de Dados Compilados sobre Violência Doméstica e Familiar*. Julho 2016. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/01-relatorio-dados-compilados-observatorio.pdf>>. Acesso em 20 de abr.

PIOVESAN, Flavia, PIMENTEL, Silvia in CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/06-análise crítica e sistêmica*. 2ª ed. Ver. e Atual. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora, 2012.

ROVINSKI, Sônia Liane Reichert. *Dano psíquico em mulheres vítimas de Violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SENADO. *Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres – DEAMs*. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=rede-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres-deams>>. Acesso em: 15 de jun.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil*. Flacso. Brasília, 2015. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 de jun.